

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) LUIZ ROBERTO FARIAS DA SILVA

**EMBARGOS DE PETRÓLEO COMO FERRAMENTA DE COERÇÃO: A influência  
na política externa dos EUA durante o conflito árabe-israelense de 1973 até os  
Acordos de Camp David**

Rio de Janeiro

2024

CC (FN) LUIZ ROBERTO FARIAS DA SILVA

**EMBARGOS DE PETRÓLEO COMO FERRAMENTA DE COERÇÃO: A influência  
na política externa dos EUA durante o conflito árabe-israelense de 1973 até os  
Acordos de Camp David**

Dissertação apresentada à Escola de  
Guerra Naval, como requisito parcial para  
conclusão do Curso de Estado-Maior para  
Oficiais Superiores.

Orientador: CF Azevedo

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2024

## **DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR**

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar saúde e por iluminar meus passos, sem os quais não teria concluído este trabalho acadêmico.

À minha mãe (in memoriam), por ter dedicado sua vida a me oferecer amor, apoio, tudo de melhor que estava ao seu alcance e, principalmente, por ser a estrela de referência da minha navegação na vida.

À minha esposa, Carolina, por ter mergulhado de corpo e alma junto comigo nesta longa jornada, se privando de preciosos momentos de lazer e equilibrando diversas responsabilidades familiares decorrentes das minhas ausências, para que a “nossa equipe” chegasse mais longe.

Aos meus filhos, Pedro e Maria, que com suas doçuras, alegrias e energias, foram uma verdadeira força impulsionadora nos meus dias mais difíceis. Vocês me fazem ser uma pessoa melhor.

Ao meu orientador, Capitão de Fragata Azevedo, pela verdadeira parceria construída ao longo de toda a pesquisa e, em especial, pelo continuado direcionamento com valiosas ideias e sugestões. Mesmo após o seu desembarque da Escola de Guerra Naval para assumir a enorme responsabilidade de comandar uma organização militar, continuou dedicando o seu concorrido tempo às diversas revisões do meu trabalho.

Ao Capitão de Fragata (FN) Nepomuceno, um amigo de longa data, pelas conversas sinceras, camaradagem, conselhos e por me disponibilizar inúmeros artigos acadêmicos que enriqueceram este trabalho.

Por fim, aos amigos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores – 2024 pelos desabafos nos momentos de dificuldades e aflições que, juntos, superamos.

## RESUMO

A presente dissertação examina o impacto dos embargos de petróleo impostos pelos Estados-membros da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP) como instrumento de coerção geopolítica. O estudo analisa como esses embargos influenciaram a política externa dos Estados Unidos, principalmente durante a Guerra do Yom Kippur de 1973, e suas consequências até a assinatura dos Acordos de Camp David em 1978. Utilizando um desenho de comparação, a pesquisa confronta teorias acadêmicas relevantes para o tema com a realidade observada, coletando dados numéricos e não numéricos, como levantamentos estatísticos, pronunciamentos e comunicados oficiais de governos. A análise revela que os embargos de petróleo foram eficazes ao causar um forte impacto na economia americana, forçando os EUA a reconsiderar suas políticas no Oriente Médio e a adotar uma postura mais diplomática e mediadora. Esta pesquisa destaca a importância das sanções econômicas como ferramentas de coerção e sua capacidade de moldar a dinâmica geopolítica, fornecendo ensinamentos importantes para a compreensão das interações entre segurança energética e política externa. A relevância do estudo reside em sua capacidade de oferecer informações que podem auxiliar os tomadores de decisão na Marinha do Brasil a compreender melhor as interações geopolíticas associadas à segurança de recursos energéticos.

**Palavras-chave:** Embargos de petróleo. Coerção. Política externa dos EUA. Conflito árabe-israelense. Segurança energética. Acordos de Camp David.

## **ABSTRACT**

### **Oil Embargoes as an Instrument of Coercion**

The present dissertation examines the impact of the oil embargoes imposed by the member states of the Organization of Arab Petroleum Exporting Countries (OAPEC) as instrument of geopolitical coercion. The study analyzes how these embargoes influenced U.S. foreign policy, particularly during the 1973 Yom Kippur War, and their consequences up to the signing of the Camp David Accords in 1978. Using a comparative design, the research confronts relevant academic theories with observed reality, collecting both numerical and non-numerical data, such as statistical surveys, official government statements, and communications. The analysis reveals that the oil embargoes were effective in causing a significant impact on the American economy, forcing the U.S. to reconsider its Middle East policies and adopt a more diplomatic and mediating stance. This research highlights the importance of economic sanctions as coercive tools and their capacity to shape geopolitical dynamics, providing important insights into the interactions between energy security and foreign policy. The relevance of the study lies in its ability to offer information that can assist decision-makers in the Brazilian Navy to better understand the geopolitical interactions associated with energy resource security.

**Keywords:** Oil embargoes. Coercion. U.S. foreign policy. Arab-Israeli conflict. Energy security. Camp David Accords.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

EUA	-	Estados Unidos da América
ONU	-	Organização das Nações Unidas
OPAEP	-	Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo
PIB	-	Produto Interno Bruto
URSS	-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>TEORIA DA COERÇÃO: UMA TRAJETÓRIA DA ANTIGUIDADE ÀS SANÇÕES ECONÔMICAS</b> .....	<b>10</b>
2.1	DE MELOS A WALTZ: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA COERÇÃO E A MUDANÇA DAS ESTRATÉGIAS DE PODER .....	10
2.2	AS FORMAS DA COERÇÃO: INFLUÊNCIAS NA GEOPOLÍTICA GLOBAL .....	12
2.3	A GEOPOLÍTICA DO PODER ECONÔMICO: SANÇÕES ECONÔMICAS COMO FERRAMENTAS DE COERÇÃO .....	15
<b>3</b>	<b>ECOS DA GUERRA: ANTECEDENTES E DINÂMICAS DO CONFLITO DE YOM KIPPUR</b> .....	<b>21</b>
3.1	DA DESCOLONIZAÇÃO À GUERRA DE OUTUBRO .....	21
3.2	AS CHAMAS DA GUERRA.....	25
<b>4</b>	<b>O IMPACTO DO EMBARGO DE EXPORTAÇÃO DE PETRÓLEO NA RELAÇÃO EUA-ORIENTE MÉDIO</b> .....	<b>28</b>
4.1	REAÇÃO DA LIGA ÁRABE À POSTURA AMERICANA.....	28
4.2	DEMANDAS DOS ESTADOS ÁRABES.....	31
4.3	EFEITOS DO EMBARGO NOS EUA.....	33
4.4	MUDANÇA DE POSTURA E NEGOCIAÇÕES ATÉ CAMP DAVID.....	36
<b>5</b>	<b>A TEORIA DAS SANÇÕES ECONÔMICAS E O EMBARGO DE PETRÓLEO DE 1973: UMA ANÁLISE COMPARATIVA</b> .....	<b>39</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>44</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>47</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Os conflitos políticos envolvendo grandes potências são uma constante nas relações internacionais, moldando a política global desde a antiguidade. A capacidade de coagir estados mais fracos para impor seus interesses nacionais é uma característica intrínseca das grandes potências. Contudo, no cenário geopolítico moderno, essa lógica pode não ser tão direta, especialmente quando a segurança nacional está intimamente ligada a variáveis externas, como os recursos energéticos.

Desde a antiguidade, os conflitos políticos entre grandes potências têm moldado a trajetória das relações internacionais, definindo alianças, rivalidades e zonas de influência. O Oriente Médio, em particular, tem sido um palco central desses embates, no qual interesses econômicos e políticos frequentemente colidem. Em 1973, o mundo testemunhou um episódio que ilustrou claramente essa dinâmica: a Guerra do Yom Kippur. Naquela ocasião, a República Árabe do Egito<sup>1</sup> e a República Árabe Síria<sup>2</sup> surpreenderam o Estado de Israel<sup>3</sup> com um ataque que rapidamente repercutiu além das fronteiras regionais, levando a um dos mais notórios embargos de petróleo da história moderna.

Os Estados-membros da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP), insatisfeitos com o apoio dos Estados Unidos da América<sup>4</sup> a Israel, utilizaram o petróleo como arma de coerção, desencadeando uma crise energética global. Esse evento não só transformou as economias mundiais, mas também revelou a complexidade das interdependências geopolíticas e a vulnerabilidade dos Estados diante de recursos energéticos estratégicos limitados. Assim, surge a questão: os embargos de petróleo funcionaram efetivamente como uma ferramenta de coerção geopolítica?

Nesse contexto, o propósito desta pesquisa é examinar se o uso de embargos de petróleo atuou efetivamente como uma ferramenta de coerção geopolítica. Para este fim, este trabalho se concentra em avaliar o impacto dos embargos de exportação de petróleo implementados pela OPAEP, com foco no comportamento dos EUA diante

---

<sup>1</sup> O presente trabalho, doravante, utilizará o nome Egito para referir-se à República Árabe do Egito.

<sup>2</sup> O presente trabalho, doravante, utilizará o nome Síria para referir-se à República Árabe da Síria

<sup>3</sup> O presente trabalho, doravante, utilizará o nome Israel para referir-se ao Estado de Israel.

<sup>4</sup> O presente trabalho, doravante, utilizará a sigla EUA para referir-se aos Estados Unidos da América.

da postura de Israel em relação ao Egito durante a Guerra do Yom Kippur, até os acordos de Camp David. De tal modo, adotou-se uma metodologia comparativa, que analisou a relação entre a teoria apresentada e a realidade observada. Para possibilitar esta comparação, a pesquisa coletou e examinou, dentre outros dados, evidências em pronunciamentos e comunicados oficiais de governos e de seus representantes.

Para atingir o propósito da pesquisa, foi proposta a seguinte questão central que orienta este estudo: os embargos de exportações de petróleo da OPAEP atuaram como instrumento de coerção no comportamento dos EUA em relação à postura expansionista de Israel sobre o Egito dentro do contexto específico da Guerra do Yom Kippur até os Acordos de Camp David? A investigação desta questão é essencial para compreender o impacto real e a eficácia dos embargos como ferramentas de política externa e de coerção econômica.

A relevância do estudo reside no potencial de fornecer informações que podem auxiliar os tomadores de decisão na Marinha do Brasil a compreender melhor as interações geopolíticas associadas à segurança energética. Compreender como os embargos de petróleo influenciaram as políticas dos EUA e alteraram a dinâmica do Oriente Médio pode oferecer ensinamentos para a formulação de estratégias de segurança de recursos energéticos.

Para tal, este trabalho está organizado em seis capítulos. Após esta introdução, o segundo capítulo explorará a evolução histórica do conceito de coerção, desde suas formas militares na Antiguidade até as estratégias econômicas modernas, com um foco especial nas sanções econômicas como instrumentos de pressão geopolítica. Em seguida, o terceiro capítulo fornecerá um detalhamento dos antecedentes e das dinâmicas do conflito de Yom Kippur, incluindo o impacto da descolonização no Oriente Médio e o papel das superpotências durante o conflito. O quarto capítulo tratará da reação da Liga Árabe à postura americana, os efeitos do embargo de petróleo nos EUA, e como a crise energética resultante influenciou a política interna e externa dos EUA. O quinto capítulo apresentará uma análise das evidências coletadas, confrontando a teoria com a realidade observada. Este capítulo utilizará uma metodologia comparativa para avaliar a eficácia dos embargos de petróleo como ferramentas de coerção geopolítica. Finalmente, o sexto capítulo apresentará as conclusões desta pesquisa.

## **2 TEORIA DA COERÇÃO: UMA TRAJETÓRIA DA ANTIGUIDADE ÀS SANÇÕES ECONÔMICAS**

Este capítulo se propõe a explorar a evolução da coerção desde a Antiguidade até os dias atuais, analisando suas diversas manifestações e adaptações ao longo do tempo. Partindo de exemplos históricos, como o Cerco de Melos descrito por Tucídides, a discussão se amplia para incluir a perspectiva moderna de teóricos como Kenneth Waltz. O objetivo é delinear como a coerção, inicialmente entendida como uma forma direta de imposição militar, evoluiu para incluir estratégias econômicas e políticas, refletindo as complexidades das relações internacionais contemporâneas.

Ao longo deste capítulo, serão abordadas as diferentes formas de coerção, com ênfase particular nas sanções econômicas como instrumentos de pressão geopolítica. A análise se aprofundará nas teorias de coerção, destacando como a evolução das estratégias de poder reflete mudanças nas dinâmicas internacionais. O capítulo visa fornecer uma compreensão abrangente de como a coerção tem sido utilizada pelos Estados para alcançar seus objetivos, culminando na importância das sanções econômicas na geopolítica atual. Espera-se que, ao final deste capítulo, seja possível compreender a coerção não apenas como uma ferramenta de poder militar, mas também como uma prática que envolve a manipulação de recursos econômicos para influenciar o comportamento dos atores internacionais.

### **2.1 DE MELOS A WALTZ: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA COERÇÃO E A MUDANÇA DAS ESTRATÉGIAS DE PODER**

Na Antiguidade, a coerção era frequentemente empregada como uma etapa anterior à aplicação direta da força bruta. Governantes e impérios, como ilustrado por Tucídides em História da Guerra do Peloponeso (c. 400 a.C.), empregavam a coerção para induzir a submissão sem a necessidade de um combate prolongado (Tucídides, 2001).

Um exemplo clássico de coerção é o cerco imposto pela cidade de Atenas à Melos, uma ilha política e culturalmente alinhada com Esparta. Atenas, procurando expandir seu controle sobre o Egeu durante a Guerra do Peloponeso, exigiu que Melos

se submetesse ao seu império e pagasse tributo. Os atenienses, ao estabelecerem o cerco, ofereceram aos melianos a escolha entre submeter-se ao domínio ateniense e desfrutar de prosperidade sob sua hegemonia ou enfrentar a aniquilação. Atenas usou a coerção contra Melos, aplicando força militar para mudar o *status quo* em seu favor. Como resposta, os melianos escolheram resistir (Tucídides, 2001, p. 347-348).

Diante da resposta de Melos, Atenas usou a força bruta direta para obter o resultado desejado. Ela executou todos os homens e escravizou as mulheres e crianças, usando isso como um exemplo brutal para desencorajar outros de desafiar seu poder. Nesse contexto, o cerco e as ações nessa cidade não apenas serviram para submetê-la, mas também tiveram um efeito coercitivo indireto em outros Estados antagônicos a Atenas, demonstrando o destino daqueles que resistissem ao seu domínio.

No Cerco de Melos, observa-se a coerção como uma etapa antes da aplicação da força bruta, refletindo a lógica do poder na Antiguidade, em que a força bruta muitas vezes determinava o *status quo* entre as cidades-Estados. A coerção, nesse caso, foi exercida como uma manifestação crua do princípio de que a força militar poderia ser decisiva na resolução de disputas territoriais e políticas, e seu efeito indireto visava prevenir futuras resistências.

Contrastando essa antiga abordagem com as análises de Kenneth Neal Waltz<sup>5</sup>, através da obra *Theory of International Politics* (1979), milênios mais tarde, observa-se uma sofisticação no entendimento da coerção no contexto das relações internacionais modernas. Nesse livro, Waltz não desconsidera a importância do poder militar, mas o insere em um quadro mais amplo de interações que também inclui considerações econômicas e políticas. Sua visão realista, na qual a configuração do sistema internacional e a distribuição de poder influenciam o comportamento dos Estados, oferece uma compreensão mais complexa e sistêmica da coerção (Waltz, 1979).

Waltz enfatiza que, em um sistema internacional anárquico, os Estados estão preocupados principalmente com sua própria sobrevivência. Isso os leva a adotar estratégias que maximizam sua segurança, frequentemente através do equilíbrio de

---

<sup>5</sup> Kenneth N. Waltz foi um proeminente cientista político americano e um dos mais influentes teóricos das relações internacionais do século XX. Ele serviu como membro do corpo docente na Universidade da Califórnia, Berkeley, e na Universidade de Columbia, onde foi Ford Professor Emeritus de Ciência Política.

poder. A coerção, nesse sentido, evoluiu de uma prática rudimentar de exercício direto de força para uma abordagem que considera as implicações de longo prazo das ações no cenário internacional (Waltz, 1979). Essa perspectiva possibilita compreender a coerção dentro do contexto geopolítico mais amplo, cujas ações não são apenas ditadas por motivações internas, mas também pela posição dos Estados dentro da hierarquia internacional e suas relações com outros estados (Waltz, 1979).

Waltz ainda argumenta que a coerção não deve ser entendida apenas em termos de força militar. Ele orienta a ver a coerção além do uso da força militar, reconhecendo a pressão econômica, especialmente importante para este trabalho, como uma forma relevante de poder em um sistema internacional. Nesse sentido, no mundo contemporâneo, as sanções econômicas emergiram como uma ferramenta de coerção predominante (Waltz, 1979), ilustrando, assim, como lições do passado foram adaptadas para contextos atuais.

Diante do exposto, ao longo da história, a compreensão da coerção evoluiu de atos explícitos de força militar para uma sofisticada ferramenta geopolítica. O relato de Tucídides sobre o cerco de Melos lança luz sobre suas origens como meio de dominação. Na abordagem de Waltz, evidencia-se a evolução da coerção para formas que se estendem além da demonstração de poder militar.

Ao avançar para as duas próximas seções, o foco deste capítulo será direcionado para uma exposição de formas de coerção com destaque para o papel das sanções econômicas. Desse modo, pretende-se ilustrar, não somente como os Estados exercem influência em um cenário global, mas especificamente como as sanções econômicas emergem como uma ferramenta primordial, na prática da coerção.

## 2.2 AS FORMAS DA COERÇÃO: INFLUÊNCIAS NA GEOPOLÍTICA GLOBAL

A compreensão do conceito da coerção é vital para analisar as dinâmicas das relações geopolíticas e as estratégias empregadas pelos Estados na arena global.

Thomas Crombie Schelling<sup>6</sup> em *Arms and Influence* descreve coerção como a capacidade de impor custos ou infligir dor para influenciar o comportamento de outros (Schelling, 2008, p. 03). Ele articula a coerção em termos de ameaças explícitas ou implícitas, na qual a habilidade de impor sofrimento é um meio de poder em negociações e em relações internacionais.

Adicionalmente, a coerção é um conceito que transcende as discussões acadêmicas, estendendo-se à prática e à normatização no contexto das doutrinas militares. Consoante doutrina norte-americana, coerção envolve o emprego de ameaças de força para influenciar o comportamento de outro ator (Joint Doctrine Note, 2019, p. II-4).

Reconhecendo a coerção como uma ferramenta ainda mais ampla, é imperativo explorar teorias que caracterizam as suas formas. Assim, a coerção pode ser moldada sob a forma de deterrência<sup>7</sup> ou compulsão<sup>8</sup>, cada uma com suas características e objetivos distintos (Schelling, 2008, p. 71). Ainda nas palavras de Schelling, a deterrência se caracteriza por sua natureza preventiva, sob uma disposição e uma capacidade de agir, enquanto se espera pela ação do adversário, com o foco em evitar ações indesejadas por parte deste. A deterrência tende a ser indefinida em termos de tempo, sinalizando que se um adversário adotar um comportamento indesejado, então a ameaça se desdobrará. Em contraste, a compulsão é uma estratégia mais ativa e direta, exigindo que o adversário modifique seu comportamento ou ações num prazo definido para evitar consequências negativas (Schelling, 2008, p. 71).

Enriquecendo o entendimento das formas da coerção, Alexander Downes<sup>9</sup>, na obra *Coercion: The Power to Hurt in International Politics* oferece um aprofundamento das definições ao afirmar que:

A coerção é a arte de manipular custos e benefícios para afetar o comportamento de um ator. A coerção assume duas formas particulares. A deterrência consiste em ameaças de força desenhadas para persuadir um alvo a abster-se de realizar uma ação específica. A compulsão, por outro lado, utiliza a força – ou ameaças de força – para impulsionar um alvo a

---

<sup>6</sup> Thomas C. Schelling foi um economista americano premiado com o Nobel de Ciências Econômicas em 2005, destacou-se na aplicação da teoria dos jogos a conflitos e cooperação. Obteve seu doutorado em Harvard, lecionou em Yale, além de Harvard, e finalizou sua carreira acadêmica na Universidade de Maryland.

<sup>7</sup> Esta pesquisa utilizará o termo deterrência como tradução do termo original em inglês *deterrence*.

<sup>8</sup> Esta pesquisa utilizará o termo compulsão como tradução do termo original em inglês *compellence*.

<sup>9</sup> Alexander Downes é professor doutor associado de Ciência Política e Assuntos Internacionais e Diretor do Instituto de Estudos de Segurança e Conflitos da Universidade George Washington.

realizar uma ação, ou parar de realizar uma ação que já tenha iniciado. Tanto a deterrência quanto a compulsão podem ocorrer em tempos de paz ou de guerra<sup>10</sup> (Downes, 2018, p. 96, tradução nossa).

Em complemento às perspectivas teóricas de Schelling e Downes, a publicação *Joint Doctrine Note 2-19* oferece uma abordagem mais direta e também mais resumida para diferenciar deterrência e compulsão. Segundo esta doutrina norte-americana, “deterrência visa prevenir uma ação do inimigo ainda não realizada; compulsão procura persuadir um inimigo a fazer algo contra sua vontade ou a cessar uma ação já iniciada”<sup>11</sup> (Joint Doctrine Note, 2019, p. II-4). Essa distinção ressalta o contraste entre a natureza preventiva da deterrência e o caráter mais impositivo da compulsão.

Essas duas formas de coerção, apesar de diferirem em sua natureza e abordagem, compartilham o objetivo de influenciar o comportamento de outros atores. Dessa forma, para contribuir em uma melhor visualização e diferenciação do exposto acima, buscou-se, o uso de um exemplo histórico. Por meio desse recurso, pretende-se entender como os conceitos de deterrência e compulsão se materializam em contextos reais.

O exemplo escolhido foi a Guerra do Golfo de 1990-1991, descrita em *Coercion Theory: A Basic Introduction for Practitioners* de Tami Davis Biddle<sup>12</sup> (2020). Esse exemplo é um caso no qual a coalizão, liderada pelos EUA, utilizou tanto a deterrência quanto a compulsão, no mesmo conflito (Biddle, 2020, p. 102). A presença de forças da coalizão na região visava persuadir a República do Iraque em não avançar para o Reino da Arábia Saudita<sup>13</sup> (deterrência). Por outro lado, o uso da força por meio dos ataques aéreos a pontos sensíveis e os ataques terrestres preparatórios, faseados na recusa iraquiana, após término de prazos estabelecidos, buscavam compelir as forças iraquianas a retirarem-se do Kuwait (compulsão) (Biddle, 2020, p. 102).

---

<sup>10</sup> Texto original em inglês - *Coercion is the art of manipulating costs and benefits to affect the behavior of an actor. Coercion takes two particular forms. Deterrence consists of threats of force designed to persuade a target to refrain from taking a particular action. Compellence, by contrast, utilizes force—or threats of force—to propel a target to take an action, or to stop taking an action it has already started. Both deterrence and compellence can take place in peace or war.*

<sup>11</sup> Texto original em inglês - *Deterrence seeks to prevent an enemy from taking an action he has not yet taken; compellence seeks to persuade an enemy to do something he would rather not do or to cease an action he has begun.*

<sup>12</sup> Tami Davis Biddle é professora de história na Escola Superior de Guerra do Exército dos EUA em Carlisle, Pensilvânia. É autora da obra *Strategy and Grand Strategy: What Students and Practitioners Need to Know* (Strategic Studies Institute, 2015), *On the Crest of Fear: The V-Weapons, the Battle of the Bulge e the End of War in Europe, 1944-1945*, no *Journal of Military History*.

<sup>13</sup> O presente trabalho, doravante, utilizará o nome Arábia Saudita para referir-se ao Reino da Arábia Saudita.

Na próxima seção, será destacado como as sanções econômicas, especialmente os embargos, ponto central desse trabalho, se enquadram nos princípios da teoria da coerção dentro do contexto geopolítico. Evitando a suposição prévia de que tais sanções sejam inerentemente coercitivas, a próxima seção examinará se as medidas econômicas adotadas pelos Estados se alinham como instrumentos coerentes dessa teoria ou se constituem um conjunto distinto de ferramentas geopolíticas.

### 2.3 A GEOPOLÍTICA DO PODER ECONÔMICO: SANÇÕES ECONÔMICAS COMO FERRAMENTAS DE COERÇÃO

Desde os tempos antigos, as sanções econômicas teriam sido utilizadas como ferramentas de pressão política entre civilizações. Essas sanções seriam uma maneira de impor custos, como uma forma de retaliação, a outra civilização sem ter que recorrer à guerra (Hufbauer; Schott; Elliott, 1990, p. 3-4).

Essa afirmação sugere que tais medidas podem ser empregadas estrategicamente para influenciar ou, até mesmo, alterar comportamentos de Estados visados. Buscar o entendimento do emprego dessas medidas é um ponto focal deste capítulo. A definição proposta por T. Clifton Morgan, Bapat e Kobayashi, na obra *Threat and imposition of economic sanctions 1945–2005*, contribui para o entendimento buscado:

Sanções econômicas são definidas como ações que um ou mais países tomam para limitar ou encerrar suas relações econômicas com um país alvo, em um esforço para persuadir esse país a mudar suas políticas<sup>14</sup> (Morgan; Bapat; Kobayashi, 2014, p. 542, tradução nossa).

Destaca-se que a análise das sanções econômicas sob uma lente geopolítica é enriquecida pelo esclarecimento dos autores Morgan, Bapat e Kobayashi. Eles estabelecem que sanções, por definição, requerem a ação conjunta de pelo menos um Estado emissor e um Estado alvo, e são implementadas com a finalidade de modificar o comportamento desse último. Esses autores ainda observam, na obra

---

<sup>14</sup> Texto original em inglês - *Economic sanctions are defined as actions that one or more countries take to limit or end their economic relations with a target country in an effort to persuade that country to change its policies.*



citada, que tais medidas podem manifestar-se de diversas formas, incluindo tarifas e **embargos**, até a imposição de bloqueios e o congelamento de ativos, refletindo uma pressão intencional sobre o Estado alvo (Morgan; Bapat; Kobayashi, 2014, p. 543).

Dentro desse contexto, a presente pesquisa tem o interesse de investigar se os embargos de exportação de petróleo atuaram como instrumento de coerção. Desta maneira, visando fortalecer a base de conhecimento da atual pesquisa, observa-se na obra de Rüdiger Graf<sup>15</sup> em *Making Use of the "Oil Weapon": Western Industrialized Countries and Arab Petropolitics in 1973-1974* um ponto de vista de como o embargo de petróleo teria se convertido em um instrumento de poder econômico com consequências substanciais para a política internacional (Graf, 2012, p. 185). Na obra em questão, um embargo é descrito como uma medida restritiva imposta por uma ou mais nações sobre a exportação de determinados produtos, empregada como forma de represália, com o intuito de pressionar politicamente ou de causar prejuízo a um Estado que assumiu uma postura política específica (Graf, 2012, p. 187).

Conforme discutido por Rüdiger Graf, um dos aspectos cruciais no estudo da eficácia de embargos internacionais reside na definição precisa dos seus objetivos (Graf, 2012). O autor destaca a importância de estabelecer metas claras e realistas, fundamentais para o sucesso de medidas coercitivas como embargos. A relevância dessa abordagem fica ainda mais evidente ao considerar a dependência econômica dos países alvos, ou seja, o grau do custo de uma sanção em suas economias.

Morgan, Bapat e Krustev, na obra *The Threat and Imposition of Economic Sanctions, 1971–2000*, reforçam a ideia de Graf. Esses autores declaram, por meio de estudos estatísticos, que “o principal determinante do sucesso das sanções é o grau em que as sanções são custosas para o alvo. Intuitivamente, custos mais altos devem ter mais probabilidade de levar um alvo a mudar”<sup>16</sup> (Morgan; Bapat; Krustev, 2009, p. 101, tradução nossa). Ainda sobre a questão do sucesso de uma sanção econômica, esses autores também indicam que quanto mais baixo forem os custos para o Estado que realiza o embargo, mais alta é a probabilidade de sucesso.

---

<sup>15</sup> Rüdiger Graf chefia o Departamento de Pesquisa em História Econômica da *Zentrum für Zeithistorische Forschung* (ZZF) em Potsdam. Ele desenvolveu seu doutorado da Universidade Humboldt de Berlim e também lecionou na universidade de Ruhr, em Bochum.

<sup>16</sup> Texto original em inglês – *the key determinant of sanctions success is the degree to which sanctions are costly to the target. Intuitively, higher costs should be more likely to lead a target to change.*

Além do impacto econômico direto, esses autores reforçam como a especificidade das demandas feitas pelo Estado emissor e o nível de compromisso com as ameaças de sanções podem influenciar significativamente a eficácia dessas medidas. Sanções tendem a ser mais eficazes quando as demandas dos emissores são claras e específicas. Demandas bem definidas aumentam significativamente as chances de sucesso, em contraste com aquelas que são vagas ou ambíguas, assim como a probabilidade de sucesso das sanções também aumenta quando o emissor demonstra um alto nível de compromisso com as ameaças. Portanto, a clareza e a firmeza nas ameaças indicam um maior compromisso, o que, por sua vez, aumenta a eficácia das sanções (Morgan; Bapat; Krustev, 2009).

Eles destacam, também, que o impacto das sanções na obtenção de resultados desejados é fortemente influenciado pelo fato de serem aplicadas por um Estado agindo sozinho ou por um grupo de países em um esforço conjunto (Morgan; Bapat; Krustev, 2009, p. 103). Com base em suas pesquisas, eles sugerem que sanções implementadas em conjunto por vários Estados teriam um impacto mais substancial. Isso ocorre porque, ao enfrentar restrições de uma frente ampla, o país sancionado teria maiores dificuldades para mitigar as consequências econômicas, já que encontrar alternativas no mercado internacional torna-se mais desafiador quando mais Estados estão envolvidos na sanção (Morgan; Bapat; Krustev, 2009 p. 103).

Adicionalmente, a análise desses autores sobre a dinâmica do poder nas sanções econômicas pode ser complementada na obra *National Power and the Structure of Foreign Trade*, escrita por Albert O. Hirschman<sup>17</sup>. O autor argumenta que os Estados podem aproveitar as interdependências comerciais para exercer poder e influência nos assuntos internacionais. Ele declara, ainda mais explicitamente, que o comércio também pode se tornar uma alternativa à guerra ao apresentar um modo distinto de coerção no contexto das interações entre Estados soberanos (Hirschman, 1980, p. 15).

Um fato histórico interessante, a crise do Canal de Suez em 1956, contido no artigo de Biddle (2020), exemplifica essa questão entre sanções econômicas e a interdependência comercial. Nesse episódio da história, o autor menciona que o ex-presidente norte-americano Eisenhower usou ameaças econômicas para compelir

---

<sup>17</sup> Albert Otto Hirschman foi um economista e cientista político e social, foi um dos grandes intelectuais do século XX nos campos de economia política e do desenvolvimento. Lecionou nas principais universidades da Costa Leste americana – Yale, Columbia, Harvard e Princeton.

britânicos e franceses a cessarem as operações militares iniciadas em resposta à nacionalização do Canal de Suez pelo Egito. Frente às ameaças de graves consequências econômicas, o Reino Unido e a França cederam à pressão, retirando suas forças e permitindo que a crise se resolvesse diplomaticamente (Biddle, 2020 p. 99; Painter, 2012, p. 31). Destaca-se aqui, um exemplo significativo de como uma possível sanção econômica foi utilizada como uma ferramenta de compulsão eficaz na política internacional, especialmente quando empregada por uma potência econômica.

Outro exemplo notável de uso de sanções econômicas como ferramenta de coerção ocorreu durante o mandato do ex-presidente Donald Trump. A administração Trump ameaçou explicitamente o Estado mexicano com severos aumentos de taxas de importação, buscando impelir esse último a adotar medidas mais rigorosas para desestimular o fluxo de imigrantes para a fronteira norte-americana (Wilkinson; Bierman, 2019). Em resposta às ameaças de sanções econômicas feitas pelo ex-presidente Donald Trump, o governo mexicano adotou diversas medidas para evitar as tarifas propostas e reduzir o fluxo de imigrantes rumo aos EUA. Por exemplo, o Estado mexicano aumentou significativamente a segurança na fronteira sul do país, implementando medidas mais rígidas para controlar a entrada de imigrantes (Post, 2019). Além disso, por meio da intensificação da aplicação da lei de imigração, as autoridades mexicanas aumentaram expressivamente as detenções de imigrantes (Hesson, 2019). Portanto, as ações econômicas do Estado emissor refletem uma estratégia cujo poder econômico é empregado com a intensão de modificar a conduta de outro Estado alvo em uma questão significativa para os interesses do Estado emissor.

Ao observar as teorias de coerção, suas formas e exemplos históricos, como a crise do Canal de Suez, a Guerra do Golfo e a questão envolvendo o Estado norte-americano com o mexicano, destaca-se a recorrência de medidas não somente militares, mas também econômicas como instrumento para obter efeitos no Estado alvo. Percebe-se, dessa forma, como sanções econômicas podem ser empregadas para atender a objetivos geopolíticos específicos e como se integram de forma coerente no conjunto de medidas coercitivas, expandindo nossa compreensão de coerção além da esfera puramente militar.

Um argumento comum contra as sanções econômicas é que os Estados alvo frequentemente encontram maneiras de contornar os impactos das sanções,

diminuindo sua eficácia. Críticos apontam, por exemplo, que regimes autoritários têm mostrado uma notável capacidade de adaptação, utilizando redes de comércio ilícito e apoio de países aliados para mitigar os efeitos das sanções (Pape, 1997). No entanto, essa visão simplifica a realidade e subestima os seus impactos. Embora algumas adaptações ocorram, as sanções ainda impõem custos significativos que limitam a capacidade de tais regimes de financiar atividades ilícitas e manter a estabilidade econômica interna (Caetano; Galego; Caleiro, 2023).

Um ponto-chave que enfraquece a crítica da adaptação é que, embora regimes autoritários possam encontrar meios de mitigar parcialmente os efeitos das sanções, essa adaptação é frequentemente limitada em escopo e duração. Sanções eficazes tendem a ser altamente específicas, direcionadas a setores críticos da economia, dificultando o desenvolvimento de estratégias de mitigação abrangentes (Drezner, 2011). Por exemplo, as sanções contra a República Islâmica do Irã limitaram severamente a sua capacidade de gerar receita através da exportação de petróleo, que historicamente representou uma parte substancial de suas receitas governamentais. Além do mais, as restrições financeiras impostas também dificultaram as transações internacionais relacionadas ao setor de energia, afetando ainda mais a capacidade do regime iraniano de sustentar seu programa nuclear e outros aspectos de sua economia (Bajoghli *et al.*, 2024, p. 77 e 82).

Ademais, a adaptação das sanções não ocorre em um vácuo. Ela é acompanhada de pressão internacional e diplomática contínua. A eficácia das sanções não se baseia apenas nos impactos econômicos diretos, mas também na sua capacidade de isolar diplomaticamente o Estado alvo. Sanções econômicas abrangentes, apoiadas por coalizões internacionais, aumentam o custo político e diplomático para os Estados alvo, dificultando ainda mais suas estratégias de mitigação (Caetano; Galego; Caleiro, 2023, p. 4).

Após explorar a evolução da teoria da coerção e identificar como sanções econômicas e embargos entrelaçam-se e manifestam-se no teatro global, além da sua aplicabilidade complexa, esse estudo utilizará um momento histórico relevante: a Guerra do Yom Kippur. Tal conflito, com suas nuances estratégicas e consequências internacionais, serve como um campo fértil para examinar as teorias discutidas nessa pesquisa.

O próximo capítulo não apenas ilumina um momento crítico na geopolítica mundial, mas também fornece um pano de fundo rico para compreender como a

coerção econômica, por meio das táticas de embargo, foi empregada e evoluiu em resposta a eventos geopolíticos concretos, oferecendo um estudo de aplicação prática das ideias teóricas anteriormente examinadas.

### 3 ECOS DA GUERRA: ANTECEDENTES E DINÂMICAS DO CONFLITO DE YOM KIPPUR

Este capítulo explora o impacto da descolonização no Oriente Médio após a Segunda Guerra Mundial, destacando as transformações políticas e sociais que moldaram a região. Examina-se como o fervor nacionalista e o nascimento do pan-arabismo, impulsionados por líderes carismáticos como Gamal Abdel Nasser, uniram as nações árabes em torno de uma identidade comum e resistência contra influências externas.

A exposição dos fatos foca nas tensões crescentes que culminaram na Guerra do Yom Kippur de 1973, ressaltando o papel de Nasser e seus sucessores na formação de alianças estratégicas e na resposta às ameaças existenciais percebidas por Israel. Também aborda a intervenção das superpotências, EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas<sup>18</sup>, e como suas políticas externas influenciaram os desdobramentos regionais.

Assim, ao longo do capítulo, apresenta-se uma visão dos eventos que levaram ao conflito, a dinâmica das batalhas e as complexas interações geopolíticas que marcaram esse período. O objetivo é proporcionar uma compreensão abrangente dos antecedentes e das dinâmicas do conflito, ilustrando como a busca por soberania e identidade moldou o cenário geopolítico do Oriente Médio.

#### 3.1 DA DESCOLONIZAÇÃO À GUERRA DE OUTUBRO

A descolonização do Oriente Médio após a Segunda Guerra Mundial desencadeou uma série de transformações políticas e sociais significativas, marcando o início de uma nova era na região. Durante esse período, emergiram movimentos nacionalistas fortes, impulsionados por um crescente desejo de autodeterminação após séculos de domínio colonial por potências europeias (Smith, 1996, p. 114). A ideia de libertação e de soberania nacional ecoava profundamente com as populações

---

<sup>18</sup> O presente trabalho, doravante, utilizará a sigla URSS para referir-se à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

que haviam vivido sob o controle estrangeiro, provocando uma onda de lutas por independência em várias nações (Khalidi, 2005, p. 34).

Destarte, as novas repúblicas árabes, enfrentando o desafio de reconstruir suas sociedades, viram no nacionalismo uma ferramenta vital para unificar povos divididos por fronteiras artificiais e influências estrangeiras. Nesse contexto, o pan-arabismo<sup>19</sup> surgiu como uma força ideológica poderosa, promovendo a união dos povos árabes sob uma bandeira comum de identidade cultural e política (Dawisha, 2003, p. 83). Esse conceito foi popularizado por figuras carismáticas como Gamal Abdel Nasser<sup>20</sup> do Egito, que viu no pan-arabismo não apenas um movimento de libertação nacional, mas também uma estratégia para fortalecer a região contra as interferências externas, especialmente as das novas superpotências, EUA e URSS (Khalidi, 2005). O pan-arabismo destacou a solidariedade entre as nações árabes, incentivando a colaboração e o apoio mútuo em assuntos políticos, econômicos e militares.

Além do quê, essa ideologia emergente também buscava resolver as disputas entre os Estados árabes e centralizar esforços contra o sionismo e a expansão israelense, elementos que eram vistos como ameaças diretas à soberania e integridade territorial árabe (Tessler, 2009). Esse movimento ideológico não só alterou significativamente o cenário político do Oriente Médio, como também desempenhou um papel relevante nos eventos que conduziram a conflitos subsequentes, incluindo as guerras com Israel e as tensões intrarregionais (Tessler, 2009). A adoção do pan-arabismo refletia, portanto, um período de intensa transformação e redefinição identitária, ressaltando a busca contínua dos povos árabes por um caminho próprio no cenário global pós-colonial.

O pan-arabismo encontrou condições favoráveis após a crise do Canal de Suez em 1956, quando a intervenção militar conjunta de Israel, França e Reino Unido contra o Egito terminou em um retumbante fracasso político para as potências europeias, realçando a crescente influência dos EUA e da URSS na região (Kandil, 2014). O evento não apenas fortaleceu o nacionalismo egípcio, como também elevou o Presidente Nasser como um líder carismático do movimento pan-arabista. Segundo

---

<sup>19</sup> Pan-Arabismo – Um movimento político e ideológico que visa unificar os países árabes, enfatizando a solidariedade e a cooperação entre os povos árabes (Dawisha, 2003, p. 11).

<sup>20</sup> Gamal Abdel Nasser foi Oficial do Exército egípcio, Primeiro-Ministro (1954 - 1956) e depois Presidente do Egito (1956 - 1970).

Kandil<sup>21</sup>(2014), a resposta de Nasser à crise do Canal de Suez, que incluiu a sua nacionalização, foi vista como um ato de audácia e resistência contra o colonialismo (Kandil, 2014).

Essa postura, que pode ser considerada anti-imperialista pela perspectiva egípcia, repercutiu positivamente entre as nações árabes, consolidando Nasser como um símbolo de desafio à intervenção estrangeira e autonomia nacional. A sua liderança durante a crise do Suez inspirou movimentos de independência e nacionalismo em outros países árabes, demonstrando como ações locais poderiam influenciar a política regional em larga escala (Stephens, 1972). O impacto da crise do Canal de Suez na consolidação do pan-arabismo é amplamente discutido por autores como Kandil (2014) e Stephens (1972), que apontam como o episódio transformou a percepção internacional e regional sobre o controle e a autonomia no Oriente Médio.

Após a crise do Canal de Suez em 1956, a posição de Nasser como líder do movimento pan-arabista foi fortalecida. No entanto, o fracasso em alcançar uma vitória decisiva contra Israel e as potências ocidentais deixou muitos árabes com um sentimento de frustração e insatisfação. A expectativa de alcançar plena soberania e sucesso militar não foi totalmente realizada, criando uma desarmonia entre as aspirações nacionalistas e a realidade política. Essa tensão crescente entre as promessas de unidade árabe e os poucos resultados tangíveis alimentaria futuros conflitos na região.

Durante a década de 1960, a determinação de Nasser em prosseguir com sua agenda pan-arabista levou a um aumento significativo das tensões com Israel, que estava determinado a não permitir ameaças existenciais em suas fronteiras (Shlaim, 2014). Esse período também testemunhou uma crescente influência da URSS no Egito e em outros países árabes, complicando ainda mais o equilíbrio geopolítico da região.

Durante esse período crítico, a política externa dos EUA começou a desempenhar um papel mais direto e decisivo. A administração Eisenhower respondeu à crise de Suez, pressionando as potências europeias a recuarem e dando suporte a uma resolução pacífica que evitasse um crescimento da influência soviética

---

<sup>21</sup> Hazem Kandil é professor de Sociologia Histórica e Política na Universidade de Cambridge e membro do *St Catharine's College*. Ele estuda as relações de poder na guerra, revolução e cultura, com foco na América, Europa e Oriente Médio. Ele possui um doutorado em Sociologia e mestrado em Teoria Política e Relações Internacionais.



na região. Esse receio estava enraizado na Guerra Fria<sup>22</sup>, durante a qual os EUA e a URSS competiam por influência global. A postura dos EUA, que visava a estabilização do Oriente Médio sob uma influência ocidental mais definida, se intensificou com o tempo (James, 2005). Os EUA, alinhados estrategicamente com Israel contra a influência soviética, intensificaram seu apoio após a crise do Canal de Suez, fornecendo não apenas assistência militar e econômica, mas também garantias políticas que reforçaram a segurança israelense (Bregman, 2016).

Esse relacionamento entre os EUA e Israel foi percebido pelos Estados árabes como um endosso direto às políticas israelenses, o que inflamou ainda mais as tensões. A percepção da forte aliança com os EUA permitiu a Israel adotar uma postura mais assertiva em suas fronteiras, especialmente em relação ao Egito e à República Árabe Síria<sup>23</sup>. A mobilização de forças egípcias na Península do Sinai em 1967, com a retórica belicosa de Nasser, que incluía ameaças diretas de destruição de Israel e o bloqueio do Estreito de Tiran, uma rota marítima vital para o comércio israelense, foram interpretados por Israel não apenas como uma provocação, mas como uma ameaça existencial iminente (Oren, 2002). Essas ações, em um contexto de apoio americano robusto, levaram Israel a lançar um ataque preventivo, deflagrando a Guerra dos Seis Dias.

Como resultado, a união pan-arabista enfrentou um severo revés nesse conflito porque expôs as vulnerabilidades militares e políticas árabes. Israel ocupou territórios significativos como a península do Sinai, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e as colinas de Golã, exacerbando ainda mais as tensões na região. Logo após ao conflito, a falta de progresso nas negociações para a retirada israelense desses territórios, apesar das resoluções da ONU e das tentativas de mediação internacional, convenceu os líderes árabes da necessidade de uma abordagem mais assertiva e coordenada para recuperar os territórios ocupados e impor um equilíbrio de poder mais favorável na região (Kandil, 2014). Em resposta a essa necessidade, o presidente egípcio Anwar

---

<sup>22</sup> Período de intensa rivalidade geopolítica e ideológica entre os EUA e a URSS, que durou do fim da Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 1990, caracterizado por uma constante competição por influência global, mas sem confrontos militares diretos entre as duas superpotências (Cold War | Summary, Causes, History, Years, Timeline, & Facts | Britannica, 2024).

<sup>23</sup> O presente trabalho, doravante, utilizará o nome Síria para referir-se à República Árabe Síria.

Sadat<sup>24</sup>, sucessor de Nasser, formou um pacto militar com a Síria, o qual culminou na coordenação do ataque surpresa de outubro de 1973.

### 3.2 AS CHAMAS DA GUERRA

A Guerra do Yom Kippur, desencadeada em outubro de 1973, foi um conflito significativo que envolveu principalmente Egito e Síria contra Israel, marcando um ponto de inflexão na geopolítica do Oriente Médio e nas políticas externas das superpotências, particularmente dos EUA (Vanetik; Shalom, 2013). O principal objetivo do Egito não era uma vitória militar total, mas sim criar uma situação que forçasse Israel a negociar sob condições mais favoráveis. Anwar Sadat, líder do Egito, estava plenamente consciente da superioridade militar israelense, uma realidade amplamente demonstrada durante a Guerra dos Seis Dias em 1967 (Segev, 2007). Entendendo que um confronto direto prolongado com Israel provavelmente culminaria em derrota, Sadat planejou um ataque surpresa, buscando ganhos rápidos que impulsionassem as negociações de paz (Oren, 2002).

Paralelamente, a Síria, sob o comando de Hafez al-Assad<sup>25</sup>, almejava recuperar as colinas de Golã, também perdidas em 1967. Nesse contexto, com o início da guerra, Assad instigava Sadat a intensificar o confronto no Sinai. O objetivo era claro: dividir as atenções israelenses e aliviar o embate direto com as forças sírias. Ao forçar Israel a combater em duas amplas frentes, uma no sul contra o Egito e outra no norte contra a Síria, Assad buscava criar uma vantagem estratégica significativa para recuperar o território perdido (Vanetik; Shalom, 2013). Essa interdependência das estratégias militares sírias e egípcias ilustra a complexidade da coordenação árabe contra Israel. O sucesso inicial dessas manobras conjuntas, contudo, logo foi desafiado pelas contraofensivas de Israel, que não só reverteram os ganhos árabes, mas também criaram desafios políticos significativos (Oren, 2002).

Inicialmente, as forças armadas egípcias e sírias alcançaram avanços expressivos. O Egito conseguiu cruzar o Canal de Suez e estabelecer cabeças de

---

<sup>24</sup> Anwar Sadat era um oficial do exército egípcio e político que, depois, foi presidente do Egito de 1970 até seu assassinato em 1981.

<sup>25</sup> Hafez al-Assad foi o presidente da Síria, entre 1971 e 2000.

ponte<sup>26</sup> na Península do Sinai, enquanto a Síria conseguiu fazer progressos nas Colinas de Golã. Esse sucesso inicial foi em parte devido ao elemento surpresa e às falhas na inteligência militar israelense, que subestimou a capacidade e a vontade de lutar dos exércitos árabes (Herzog, 1975). A capacidade do Egito de superar a chamada Linha *Bar-Lev*, uma série de fortificações defensivas israelenses ao longo do Canal de Suez, exemplifica particularmente a eficácia das táticas iniciais egípcias (Asher, 2009).

No entanto, Israel rapidamente mobilizou suas reservas e reorganizou suas forças, permitindo uma resposta que começou a reverter os ganhos árabes. A habilidade de contra-ataque de Israel manifestou-se de maneira mais crítica quando as Forças de Defesa de Israel atravessaram o Canal de Suez, estabelecendo uma presença no território egípcio e cercando o Terceiro Exército, movimento esse que foi decisivo para mudar o curso da guerra (Oren, 2002).

À medida que Israel avançava e conquistava territórios a oeste do Canal de Suez, a guerra que inicialmente parecia uma possível vitória árabe começou a inclinar para um impasse. Esse desdobramento não só enfraqueceu a posição militar do Egito e da Síria, mas também elevou as questões políticas internas e regionais, com cada governo enfrentando pressões internas para justificar os custos humanos e materiais do conflito. Porém, essa inflexão no campo de batalha obrigou especialmente o lado árabe a considerar soluções diplomáticas, exacerbando as tensões políticas e destacando a necessidade urgente de negociação para evitar uma escalada ainda maior ou um conflito prolongado (Oren, 2002).

Em consequência, no lado árabe, da necessidade de melhores condições de negociação, os Estados-membros da OPAEP consideraram a possibilidade de impor um embargo de petróleo. Essa ação teria sido vista como uma maneira de influenciar as políticas americanas, visando promover um tratamento mais equitativo dos interesses árabes (Yergin, 1991; Painter, 2013).

Dessa forma, o próximo capítulo se concentrará em descrever os impactos do embargo de exportação de petróleo implementados pelos Estados-membros da OPAEP, com foco na alteração de comportamento dos EUA diante da postura

---

<sup>26</sup> Cabeça de ponte é uma área ou posição, na margem inimiga de um curso de água obstáculo (ou desfiladeiro), que uma força conquista na ofensiva ou mantém na defensiva, a fim de assegurar as melhores condições para o prosseguimento das próprias operações ou para as operações de outra força (Brasil, 2015, p. 53).

expansionista de Israel sobre o Egito dentro do contexto específico da Guerra do Yom Kippur.

## **4 O IMPACTO DO EMBARGO DE EXPORTAÇÃO DE PETRÓLEO NA RELAÇÃO EUA-ORIENTE MÉDIO**

Este capítulo trata da interação entre a política externa dos EUA e dos Estados árabes durante e após a crise do petróleo de 1973-1974. Inicialmente, aborda-se a reação da Liga Árabe à postura americana durante a Guerra do Yom Kippur, destacando como o apoio dos EUA a Israel gerou uma forte insatisfação entre os países árabes. Destaca-se que essa insatisfação culminou no embargo de petróleo, uma medida que visava pressionar os EUA a reconsiderarem suas políticas no Oriente Médio. Além disso, foram exploradas as demandas específicas dos Estados árabes, que incluíam a retirada israelense dos territórios ocupados e o reconhecimento dos direitos dos palestinos. No seu conteúdo, também detalha os efeitos profundos e imediatos do embargo nos EUA, o impacto econômico, as interferências na política interna e as mudanças nas dinâmicas sociais.

Por fim, o capítulo observa como a crise energética impulsionou uma reavaliação das estratégias dos EUA no Oriente Médio, promovendo uma diplomacia mais ativa e mediadora que buscava estabilizar a região e garantir o fluxo contínuo de petróleo. Como consequência, evidencia a mudança de postura americana em resposta à crise, culminando nas negociações que levaram aos históricos Acordos de Camp David.

### **4.1 REAÇÃO DA LIGA ÁRABE À POSTURA AMERICANA**

A ambiguidade do posicionamento americano no Oriente Médio era pautada em seus objetivos nacionais. Entretanto, as ações de apoio aos israelenses durante a Guerra do Yom Kippur geraram uma forte insatisfação entre os Estados-membros da Liga Árabe. A assistência militar dos EUA a Israel foi vista pelos Estados árabes como um obstáculo à paz e uma ameaça aos seus próprios interesses estratégicos na região. Durante o conflito, os EUA lançaram uma operação de reabastecimento às forças de Israel, a qual foi um massivo esforço de ponte aérea que forneceu equipamentos essenciais a Israel. Foram entregues cerca de 22 mil toneladas de

armamentos, incluindo tanques, munições e aviões de combate. Esse fornecimento foi decisivo para a continuidade das operações israelenses e alterou significativamente o equilíbrio de forças no conflito (Quandt, 1977, p. 186).

Soma-se a isso o fato de que os Estados árabes, perceberam que o petróleo teria se tornado essencial para as economias industriais globais, sendo extraído e distribuído com quase nenhuma margem de sobra (Yergin, 1991, p. 588).

Desse jeito, liderados pela Arábia Saudita, os países árabes produtores de petróleo, membros da OPAEP, tomaram medidas significativas em outubro de 1973. Essa Organização anunciou um embargo de petróleo direcionado principalmente aos Estados que apoiavam Israel, especialmente os EUA. O embargo foi implementado como uma reação direta ao suporte logístico e militar fornecido pelos americanos aos israelenses, destacando a insatisfação árabe com a percepção de parcialidade dos EUA no conflito. A Arábia Saudita, em particular, desempenhou um papel de liderança, coordenando ações entre os membros da OPAEP e promovendo uma abordagem unificada para maximizar o impacto do embargo (Yergin, 1991, p. 639).

Conforme afirma Yergin<sup>27</sup>(1991), o embargo de petróleo foi uma declaração política, cujos recursos naturais dos Estados árabes seriam usados para defender seus interesses nacionais e regionais contra qualquer interferência externa que considerassem injusta ou prejudicial. As implicações dessa decisão foram imediatas e de grande alcance, afetando não apenas os mercados globais de petróleo, como também as dinâmicas geopolíticas (Yergin, 1991, p. 632). A fim de gerar tais implicações, o embargo foi implementado em várias fases e sob condições específicas. Inicialmente, a OPAEP anunciou um aumento imediato de 70% no preço do petróleo, estabelecendo uma base para um impacto econômico significativo nos Estados consumidores. Simultaneamente, foi determinada uma redução na produção de petróleo em cinco por cento ao mês, criando uma escassez progressiva que pressionaria os mercados globais (Issawi, 1978, p. 15; Cleveland; Bunton, 2009, p. 376). A redução continuaria a ser aplicada mensalmente até que as forças israelenses se retirassem completamente dos territórios árabes ocupados durante a guerra de junho de 1967 e os direitos legítimos do povo palestino fossem restaurados (Shihata, 1974, p. 592).

---

<sup>27</sup> Dr. Yergin é uma autoridade altamente respeitada em energia, política internacional e economia, além de ser conhecido mundialmente por seu livro *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money, and Power*, que foi premiado com o *Pulitzer*. Yergin possui um PhD pela *Cambridge University*.

O anúncio das medidas citadas acima foi fruto de uma reunião realizada no Kuwait em 17 de outubro de 1973, com a presença de dez países árabes, tornando-se público por meio de um comunicado do Ministro do Petróleo da Arábia Saudita. Destaca-se, aqui, que o comunicado transmitiu o objetivo do embargo de forma clara e direta, conforme os trechos abaixo:

Considerando que o objetivo direto da batalha atual é a libertação dos territórios árabes ocupados na guerra de junho de 1967 e a recuperação dos direitos legítimos do povo palestino, conforme as resoluções das Nações Unidas;  
 Considerando que os EUA são a principal e mais importante fonte de poder israelense, o que resultou na atual arrogância israelense e permitiu que os israelenses continuem a ocupar nossos territórios;  
 [...] decidido que cada país árabe exportador de petróleo reduzirá imediatamente sua produção de petróleo em uma taxa mensal recorrente de no mínimo 5%, contando inicialmente a partir da produção virtual de setembro, e daí em diante com base na última figura de produção, até que a comunidade internacional obrigue Israel a abandonar nossos territórios ocupados ou até que a produção de cada país alcance um ponto em que sua economia não permita mais reduções sem prejudicar suas obrigações nacionais e árabes.<sup>28</sup> (Shihata, 1974, p. 593, tradução nossa)

Adicionalmente, os Estados árabes estavam plenamente conscientes da dependência americana por petróleo (Painter, 2012, p. 33). O consumo de petróleo *per capita* dos EUA era duas vezes e meia o consumo da Europa Ocidental. Uma disparidade ainda mais significativa é evidenciada pelo fato de que o consumo per capita na América do Norte era de trinta a quarenta vezes maior do que os níveis observados na África e nas regiões em desenvolvimento da Ásia (Darmstadter; Landsberg, 1975, p. 17).

Tais números, em grande medida, foram impulsionados pela falta de investimentos em transporte público e pelos padrões de habitação dispersos, resultando no aumento do uso de automóveis. Entre 1945 e 1973, o número de carros registrados nos EUA cresceu de 25 milhões para mais de 100 milhões, fazendo com que o consumo per capita de petróleo mais que dobrasse. Em adição a isso, a frota

---

<sup>28</sup> Texto original em inglês - *Considering that the direct goal of the current battle is the liberation of the Arab territories occupied in the June 1967 war and the recovery of the legitimate rights of the Palestinian people in accordance with the United Nations resolutions; Considering that the United States is the principal and foremost source of the Israeli power which has resulted in the present Israeli arrogance and enabled the Israelis to continue to occupy our territories; [...] decided that each Arab oil exporting country immediately cuts its oil production by a recurrent monthly rate of no less than 5% to be initially counted on the virtual production of September, and thenceforth on the last production figure until such a time as the international community compels Israel to relinquish our occupied territories or until the production of every individual country reaches the point where its economy does not permit of any further reduction without detriment to its national and Arab obligations.*

de caminhões do país se expandiu significativamente e os caminhões passaram a dominar o transporte de cargas interurbanas, em detrimento das ferrovias. Em 1972, o petróleo já representava 45,6% do consumo de energia dos EUA. Embora o embargo de petróleo tivesse como principal alvo os EUA, ele também visava os demais países industrializados, com o intuito de pressioná-los a assumir uma postura pró-árabe contra Israel e, assim, influenciar os EUA. Além de mostrar ao governo americano o custo elevado que os principais países aliados industrializados estavam arcando devido ao apoio incondicional e irrestrito da América a Israel (Graf, 2012, p. 191).

O Japão tinha uma dependência ainda maior do petróleo para suprir suas necessidades energéticas. Assim como nos EUA, o uso de automóveis aumentou drasticamente no país. Entretanto, em 1972, o petróleo representava 73% do consumo energético do Japão, um percentual bem maior que o dos americanos e aproximadamente 80% das importações de petróleo do Japão provinham do Oriente Médio (Darmstadter; Landsberg, 1975; Yergin, 1991, p. 546).

Ademais, como consequência desse cenário, uma nova vertente surgiu na política externa japonesa, que até então estava firmemente ancorada na aliança EUA-Japão. Essa nova vertente reorientava a política externa do Japão, se aproximando dos países árabes, para garantir o acesso ao petróleo. O principal defensor dessa abordagem, o Ministro do Comércio Internacional e Indústria, e posteriormente Primeiro-Ministro, Yasuhiro Nakasone argumentava que era inevitável que o Japão seguisse seu próprio caminho independente e que a era de seguir cegamente os EUA havia chegado ao fim (Yergin, 1991, p. 599). Dessa forma, o aumento do preço, a redução da produção e o embargo de petróleo sinalizaram ao mundo a determinação dos Estados árabes em utilizar seus recursos naturais como meio de negociação política até que suas demandas fossem atendidas.

#### 4.2 DEMANDAS DOS ESTADOS ÁRABES

Os Estados árabes, ao imporem o embargo de petróleo, apresentaram demandas claras e específicas que refletiam seus interesses estratégicos e suas preocupações políticas. A principal demanda era a retirada israelense dos territórios



ocupados durante a Guerra dos Seis Dias<sup>29</sup>, incluindo a Cisjordânia, Gaza, Sinai e Golã. Essa exigência estava alinhada com a resolução<sup>30</sup> da Organização das Nações Unidas (ONU) que pedia a retirada israelense dessas áreas e o reconhecimento dos direitos dos palestinos à autodeterminação e ao estabelecimento de um Estado próprio (Cleveland; Bunton, 2009, p. 342).

Adicionalmente, os Estados árabes exigiam o reconhecimento dos direitos dos palestinos, incluindo o direito ao retorno dos refugiados palestinos às suas terras e a compensação por propriedades perdidas. Essa demanda refletia uma preocupação profunda com a situação dos palestinos e a busca por justiça e equidade para as comunidades deslocadas pelo conflito árabe-israelense (Nojeim; Kilroy, 2011, p. 173). A questão dos refugiados era particularmente sensível, pois envolvia milhões de palestinos que haviam sido deslocados e viviam em condições precárias nos campos de refugiados, gerando uma pressão adicional sobre os governos árabes para resolver essa crise humanitária (Cleveland; Bunton, 2009).

Os Estados árabes buscavam, ainda, garantir que os EUA revisassem sua política externa no Oriente Médio, particularmente seu apoio militar e financeiro a Israel. Eles desejavam que o governo americano adotasse uma postura que pressionasse Israel a fazer concessões significativas em prol da paz. Essa demanda visava aumentar as chances de uma solução negociada e duradoura para o conflito. A revisão da política dos EUA era vista como essencial para estabelecer um ambiente de negociação mais favorável, no qual as preocupações árabes fossem consideradas de uma maneira mais contundente por parte de Israel (Quandt, 2005, p. 117).

Outra demanda importante dos Estados árabes era a restauração dos direitos soberanos sobre Jerusalém Oriental. A motivação dos Estados árabes, em insistir na restauração dos direitos soberanos sobre Jerusalém Oriental, estava enraizada na importância religiosa e histórica da cidade tanto para judeus quanto para muçulmanos. Jerusalém Oriental abriga locais sagrados significativos. Os árabes argumentavam que qualquer acordo de paz deveria incluir a soberania árabe sobre esses locais sagrados para garantir acesso e controle adequados, refletindo a importância

---

<sup>29</sup> A Guerra dos Seis Dias foi um conflito armado travado entre Israel e as nações árabes de Egito, Síria e Jordânia, de 5 a 10 de junho de 1967. Israel capturou a Faixa de Gaza, a Península do Sinai, a Cisjordânia e as Colinas de Golã. O conflito resultou em uma significativa reconfiguração territorial e aumentou as tensões no Oriente Médio (Six-Day War summary | Britannica, [s. d.]).

<sup>30</sup> A Resolução 242 adotada pelo Conselho de Segurança da ONU, em 22 de novembro de 1967, afirmou a inadmissibilidade da aquisição de território pela guerra (Cleveland; Bunton, 2009).

simbólica e religiosa da cidade para a comunidade muçulmana. Essa demanda visava não apenas a recuperação de territórios ocupados, mas também o reconhecimento e respeito pelos direitos religiosos e culturais dos muçulmanos, tornando as negociações de paz ainda mais complexas (Waldheim, 1974, p. 329).

Em resumo, as demandas dos Estados árabes refletiam uma combinação de objetivos territoriais, humanitários, religiosos e políticos. A insistência na retirada de Israel dos territórios ocupados, o reconhecimento dos direitos dos palestinos, a revisão da política americana no Oriente Médio e a questão de Jerusalém eram componentes essenciais de uma estratégia abrangente para alcançar esses objetivos.

#### 4.3 EFEITOS DO EMBARGO NOS EUA

O impacto econômico do embargo de petróleo foi imediato e de amplo alcance. Os preços do petróleo nos EUA aumentaram de forma drástica, quadruplicando em novembro de 1973, resultando em um choque de oferta que afetou todos os aspectos da economia americana (Yergin, 1991, p. 615). Esse aumento acentuado nos preços contribuiu para uma inflação significativa, elevação do desemprego e uma desaceleração econômica geral, mergulhando o país em um período de estagflação caracterizado por alta inflação e baixo crescimento econômico (Siniver, 2013, p. 190).

Esse contexto econômico adverso foi particularmente prejudicial para a administração do Presidente Richard M. Nixon<sup>31</sup> e seu sucessor Gerald R. Ford<sup>32</sup>. A partir de outubro de 1973, coincidindo com o início do embargo, as taxas de aprovação do presidente Nixon começaram a despencar, resultando em sua renúncia em agosto de 1974. Gerald Ford, que assumiu a presidência, também enfrentou baixas taxas de aprovação devido à continuação da inflação e da elevação do desemprego, com um pico de desaprovação em janeiro e março de 1975<sup>33</sup>. As estatísticas mostram que o Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA sofreu contrações nos anos de 1974 e 1975, com

---

<sup>31</sup> Richard M. Nixon serviu como o 37º presidente dos EUA de 1969 a 1974 (Britannica, 2024).

<sup>32</sup> Gerald Rudolph Ford foi o 38º presidente dos EUA (1974-77). Sucedeu à presidência após a renúncia do presidente Richard Nixon (Britannica, 2024).

<sup>33</sup> *Presidential Approval Ratings -- Gallup Historical Statistics and Trends*. [S. l.], 2008. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/116677/Presidential-Approval-Ratings-Gallup-Historical-Statistics-Trends.aspx>. Acesso em: 8 jul. 2024.

quedas de -0,54% e -0,21%, respectivamente. Para uma melhor compreensão do impacto, antes do embargo, o PIB dos EUA vinha crescendo de forma robusta. Em 1972, o crescimento do PIB foi de 5,26%, e em 1973, antes que os efeitos do embargo começassem a impactar a economia de forma significativa, o crescimento foi de 5,65%<sup>34</sup>.

O amplo alcance do impacto econômico conseguiu repercutir na Guerra Fria, afetando a dinâmica de poder e as relações internacionais entre os EUA e a URSS, tendo essa última beneficiada dos preços mais altos do petróleo. O aumento das exportações de petróleo soviético para países como Cuba, Vietnã e Europa Ocidental gerou ganhos substanciais em moeda, representando metade das receitas de divisas da URSS. A bonança financeira possibilitou à URSS investir em suas forças armadas, financiar e aumentar seu envolvimento em atividades no Terceiro Mundo<sup>35</sup> durante a década de 1970. Além do mais, essa aparente solidez econômica, impulsionada pelos lucros do petróleo, contrastava com as fraquezas e dificuldades enfrentadas pelos EUA e outros países capitalistas, permitindo uma propaganda do socialismo durante esse período de crise (Siniver, 2013, p. 192).

O embargo de petróleo em 1973 levou os EUA a reconhecerem a vulnerabilidade de sua economia a interrupções e riscos à segurança nacional devido à dependência do petróleo (Knox-Hayes, 2013, p. 618). Uma abordagem inovadora foi introduzida para equilibrar as prioridades de segurança energética. Os EUA não somente adotaram iniciativas para diversificar suas fontes de energia, mas também introduziram um índice que considerava simultaneamente a quantidade de importações de petróleo e os riscos associados a essa quantidade. Esse indicador visava reduzir a vulnerabilidade do país a choques no mercado de petróleo e a interrupções no fornecimento, promovendo uma maior estabilidade energética e econômica (Bigerna; Bollino; Galkin, 2021).

Socialmente, o embargo e a subsequente crise energética tiveram um impacto significativo na vida cotidiana dos americanos. A cultura popular nos EUA associava

---

<sup>34</sup> *United States of America Gross Domestic Production 1960-2024*. Disponível em: <https://www.macrotrends.net/global-metrics/countries/USA/united-states/gdp-gross-domestic-product>. Acesso em: 8 jul. 2024.

<sup>35</sup> O termo Terceiro Mundo foi cunhado pelo sociólogo francês Alfred Sauvy em 1952 para descrever os países que não estavam alinhados nem com o bloco capitalista, nem com o bloco socialista da URSS durante a Guerra Fria. Esses países, geralmente caracterizados por seu subdesenvolvimento econômico, buscavam um caminho independente na política internacional (Sauvy, Alfred | Encyclopedia.com, [s. d.]).

frequentemente o automóvel particular e a mobilidade pessoal com a liberdade individual, portanto, os altos preços do petróleo ameaçavam o modo de vida americano (Siniver, 2013, p. 192). O governo americano chegou a emitir diretrizes para que os administradores dos postos de gasolina limitassem as vendas a dez galões por cliente<sup>36</sup>. As longas filas nos postos de abastecimento e a implementação de dias sem carros foram medidas que ilustraram a gravidade da crise. As restrições de velocidade nas rodovias e as campanhas publicitárias incentivando a economia de combustível tornaram-se parte do cotidiano do cidadão americano (Hunter, 1973).

Por conseguinte, a crise também aumentou a conscientização social sobre a necessidade de diversificação das fontes de energia e a importância da sustentabilidade ambiental. Durante esse período, ganharam impulso iniciativas para promover a energia solar, eólica e outras fontes renováveis, influenciando as políticas energéticas futuras dos EUA (Yergin, 1991). Essas movimentações não apenas ajudaram a mitigar os efeitos imediatos da crise, como também estabeleceram discussões na política doméstica americana.

Desse modo, na política interna, o embargo de petróleo foi igualmente impactante, provocando uma série de debates e reformas dentro dos EUA. Em dezembro de 1973, em resposta à crescente crise energética e apelo popular, o presidente Nixon criou o Escritório Federal de Energia<sup>37</sup>, visando unificar as políticas energéticas entre as várias agências governamentais. Essa ação foi parte de um esforço mais amplo para coordenar a resposta do governo à crise do petróleo, que estava causando escassez de combustível e o aumento dos preços, afetando profundamente a economia americana e o cotidiano dos cidadãos. Além da criação do Escritório Federal de Energia, o presidente Nixon anunciou uma ambiciosa iniciativa chamada Projeto Independência<sup>38</sup>. O objetivo desse projeto era alcançar a independência energética dos EUA até 1980 (Nojeim; Kilroy, 2011, p. 174). Essas iniciativas visavam garantir um abastecimento mais seguro e estável de petróleo, bem como promover a eficiência energética e a conservação de recursos (Strakos; Quintanilla; Huscroft, 2016, p. 85).

---

<sup>36</sup> Matéria publicada no site oficial da história do Banco Central Americano. Disponível em <https://www.federalreservehistory.org/essays/oil-shock-of-1973-74#:~:text=October%201973-January%201974&text=The%20embargo%20ceased%20U.S.%20oil,a%20barrel%20in%20January%201974>. Acesso em 09 jul. 2024.

<sup>37</sup> Texto original em inglês – *Federal Energy Office*.

<sup>38</sup> Texto original em inglês – *Project Independence*.

É importante ressaltar como que o embargo de petróleo teria influenciado profundamente as relações exteriores dos EUA, por meio de uma combinação de escassez de combustível, aumento dos preços, impacto econômico generalizado, pressões populares e alterações na dinâmica geopolítica da Guerra Fria. Em outras palavras, a necessidade de garantir fontes seguras e estáveis de petróleo levou a uma reavaliação das alianças e estratégias no Oriente Médio. A diplomacia americana começou a focar mais na mediação de paz entre Israel e os Estados árabes, buscando estabilizar a região e garantir o fluxo contínuo de petróleo. Essa mudança na política externa foi fundamental para os esforços de estabilização econômica e geopolítica (Sharqi, 2018).

#### 4.4 MUDANÇA DE POSTURA E NEGOCIAÇÕES ATÉ CAMP DAVID

Antes da crise do petróleo, os EUA não tinham grandes motivações para intermediar negociações de paz. Conforme citado anteriormente, o governo americano se valia de uma ambiguidade intencional, conforme pode ser observado no discurso do Presidente Johnson<sup>39</sup>, proferido em 19 de junho de 1967, exemplificando a postura dos EUA durante o período de 1967 a 1973:

A principal responsabilidade pela paz na região **depende de seus próprios povos e de seus próprios líderes**. O que será verdadeiramente decisivo no Oriente Médio será o **que é dito e feito por aqueles que vivem no Oriente Médio**. Certamente as tropas devem ser retiradas, mas também devem ser reconhecidos os direitos de vida nacional, progresso na resolução do problema dos refugiados, liberdade de passagem marítima inocente, limitação da corrida armamentista e respeito pela independência política e integridade territorial.<sup>40</sup> (Johnson, 1967, tradução nossa, grifo nosso)

Em verdade, os EUA não buscaram pressionar Israel a modificar sua postura até o ano de 1973. Além disto, tinham o receio de intermediar negociações de paz nas questões do Oriente Médio, temendo que um eventual fracasso, destacado por

<sup>39</sup> Lyndon B. Johnson serviu como o 36º presidente dos EUA de 1963 a 1969.

<sup>40</sup> Texto original em inglês - *The main responsibility for the peace of the region depends upon its own peoples and its own leaders of that region. What will be truly decisive in the Middle East will be what is said and what is done by those who live in the Middle East. Certainly, troops must be withdrawn, but there must also be recognized rights of national life, progress in solving the refugee problem, freedom of innocent maritime passage, limitation of the arms race, and respect for political independence and territorial integrity.*

Kissinger<sup>41</sup>, em sua Obra *Years of Renewal* (1999), poderia provocar uma reação negativa até entre os árabes moderados contra os EUA (Kissinger, 1999).

Entretanto, após a crise do petróleo, além de ter uma forte motivação, um malogro na intermediação das negociações tornou-se inaceitável para os EUA. Em uma reunião em 1º de junho de 1975, o presidente Gerald Ford deixou claro ao presidente Sadat a posição dos EUA, afirmando que a estagnação no processo de paz no Oriente Médio era inaceitável (Kissinger, 1999, p. 435). O governo americano estava determinado a conseguir que Israel concordasse com um acordo de paz duradouro, fundamentado na premissa de trocar paz pela devolução das terras árabes (Halabi, 2009, p. 75). Assim, sugere-se que a mudança no conjunto de ideias que orientavam a política externa dos EUA após 1974 teria sido provocada pela crise do petróleo, e não pela Guerra do Yom Kippur em si (Halabi, 2009, p. 76).

Em outubro de 1974, Kissinger (1999) externou, de forma concisa, as novas ideias que prevaleciam entre os membros da administração Ford:

Temos um interesse constante em apoiar a segurança de Israel; mas nossos interesses na área vão além de qualquer país específico [...]. Nossa estratégia de segmentar as questões que dividem Israel e seus vizinhos em unidades de negociação que sejam politicamente manejáveis [...] é baseada na crença de que uma série progressiva de acordos limitados poderia criar novas situações que, por sua vez, tornarão possíveis novos acordos.<sup>42</sup> (Kissinger, 1999, p. 382, tradução nossa)

Nesse contexto, a *shuttle diplomacy*<sup>43</sup> de Henry Kissinger foi fundamental. Sua habilidade em negociar cessar-fogo e acordos provisórios, aliada a uma compreensão profunda das dinâmicas de poder na região e uma visão estratégica focada na estabilidade por meio da mediação e negociação, foi instrumental para reduzir as tensões e abrir caminho para negociações mais amplas (Schwartz, 2019). Logo, a

---

<sup>41</sup> Henry Kissinger foi, como conselheiro de segurança nacional dos EUA, o arquiteto indiscutível da política americana no Oriente Médio no período que antecedeu a guerra, durante a guerra e nas negociações pós-guerra que ocorreram de novembro de 1973 ao início de 1975 (Siniver, 2013, p. 87).

<sup>42</sup> Texto original em inglês - *We have an abiding interest to support Israel's security; but our interests in the area go beyond any one country [...] Our strategy of segmenting the issues which divide Israel and its neighbors into negotiating units which are politically manageable [...] is based on the belief that a progressive series of limited agreements could create new situations which in turn will make further agreements possible.*

<sup>43</sup> Um termo cunhado pelos membros da mídia que seguiam Kissinger em seus vários voos curtos entre as capitais do Oriente Médio enquanto procurou lidar com as consequências da guerra de outubro de 1973 (*United States of America*, 2017). No entendimento deste autor, a *shuttle diplomacy* foi uma estratégia primordial para reduzir as tensões no Oriente Médio após a Guerra do Yom Kippur em 1973.

crise energética não apenas teria redefinido a política interna, mas também teria remodelado a política externa americana, preparando o terreno para novas e decisivas negociações.

Um dos momentos mais significativos, fruto dessa mudança na política externa americana, foi a visita histórica do presidente egípcio Anwar Sadat a Jerusalém em 1977. Esse evento marcou um ponto de inflexão, pois Sadat demonstrou uma disposição inesperada para negociar diretamente com Israel, um gesto que os EUA prontamente apoiaram. Sob a liderança do presidente Jimmy Carter<sup>44</sup>, a resposta americana foi de total apoio às iniciativas de paz. Carter identificou uma oportunidade única para mediar um acordo que poderia trazer uma paz duradoura ao Oriente Médio (Stein, 1999).

Os esforços diplomáticos da administração Carter intensificaram-se a partir desse ponto, culminando na conferência de Camp David. As negociações em Camp David, realizadas em setembro de 1978, representaram o ápice dessa mudança na postura americana em relação ao Oriente Médio. Durante treze dias, Carter mediou intensas discussões entre Sadat e o primeiro-ministro israelense Menachem Begin<sup>45</sup>. O resultado dessas negociações foi a formulação de dois marcos importantes: o Acordo-Quadro para a Paz no Oriente Médio e o Tratado de Paz entre Egito e Israel (Carter, 1982, p. 403). Esses acordos não apenas encerraram décadas de hostilidades entre Egito e Israel, mas também estabeleceram um precedente significativo para futuras negociações de paz na região.

A transição da *shuttle diplomacy* de Kissinger para a iniciativa de paz de Carter ilustra uma evolução na abordagem americana, passando de uma diplomacia focada em mitigação de crises para uma busca ativa por soluções duradouras. A disposição de líderes regionais como Sadat para negociar diretamente com Israel, combinada com o apoio estratégico e diplomático dos EUA, exemplifica como a política externa americana se adaptou e evoluiu em resposta aos desafios geopolíticos do Oriente Médio.

---

<sup>44</sup> Jimmy Carter serviu como o 39º presidente dos EUA de 1977 a 1981.

<sup>45</sup> Menachem Wolfovitch Begin foi primeiro-ministro de Israel de 1977 a 1983.

## **5 A TEORIA DAS SANÇÕES ECONÔMICAS E O EMBARGO DE PETRÓLEO DE 1973: UMA ANÁLISE COMPARATIVA**

No contexto da Guerra de Yom Kippur, o papel dos EUA como um ator internacional influente foi posto à prova. A ambiguidade na postura americana durante a guerra foi um ponto focal para as reações dos países árabes. O governo americano forneceu a Israel significativo apoio militar, incluindo armas e financiamento, o qual foi fundamental para capacidade defensiva israelense durante o conflito de 1973. Paralelamente ao seu apoio a Israel, os EUA mantinham relações diplomáticas ativas com Estados árabes. Esse esforço era parte de uma estratégia mais ampla para assegurar o acesso contínuo ao petróleo árabe e para prevenir que esses Estados se alinhassem mais estreitamente com a URSS.

Os países árabes, especialmente a Arábia Saudita, perceberam a ambiguidade dos EUA como uma oportunidade para pressionar por uma mudança na política externa americana. Em resposta ao apoio percebido dos EUA a Israel, os Estados-membros da OPAEP decidiram impor um embargo de petróleo ao governo americano. Esse contexto de pressão econômica e diplomática teria criado um cenário no qual os EUA precisariam adotar uma postura mais ativa no Oriente Médio. Mais tarde, sob a administração de Jimmy Carter, os EUA assumiriam um papel mais definido, pressionando Israel a fazer concessões significativas pelo bem de acordos de paz. Essa mudança de postura era evidente nas negociações que levaram aos Acordos de Camp David em 1978, no qual os EUA facilitaram as discussões que eventualmente levaram ao primeiro tratado de paz reconhecido entre Israel e um país árabe, o Egito.

Assim, este capítulo, pretende examinar se o embargo de exportação de petróleo dos Estados-membros da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo atuou como um instrumento de coerção no comportamento dos EUA em relação à postura expansionista de Israel sobre o Egito, dentro do contexto específico da Guerra do Yom Kippur até o acordo de Camp David. Para tanto, foi feita uma comparação entre teorias relevantes para o tema e a realidade observada no objeto de pesquisa. Portanto, o objetivo é investigar, respaldado pelas teorias apresentadas, se o uso do embargo de petróleo influenciou efetivamente a política externa dos EUA, forçando uma mudança em sua postura em relação ao conflito árabe-israelense.



A teoria da coerção evoluiu ao longo do tempo desde a Antiguidade, como ilustrado pelo cerco de Melos descrito por Tucídides, até as modernas estratégias de sanções econômicas. Autores como Kenneth Waltz (1979) e Thomas Schelling (2008) forneceram uma compreensão ampliada das diversas formas de coerção. Waltz (1979), em sua obra "*Theory of International Politics*", enfatiza que a coerção não se limita ao uso da força militar, mas inclui estratégias econômicas e políticas que refletem a complexidade das relações internacionais. Schelling (2008), em "*Arms and Influence*", descreve a coerção, e suas formas, como a capacidade de impor custos ou infligir dor para influenciar o comportamento de outros, destacando a importância das ameaças explícitas ou implícitas.

Além disso, Morgan, Bapat e Kobayashi (2014), em "*The Threat and Imposition of Economic Sanctions 1945–2005*", definem sanções econômicas como ações que um ou mais países tomam para limitar ou encerrar suas relações econômicas com um país alvo, visando persuadir esse país a mudar suas políticas. Eles destacam, assim como Rüdiger Graf (2012), que sanções são mais eficazes quando aplicadas de forma coordenada por múltiplos Estados e quando as demandas dos emissores são claras e específicas.

Tem-se que, ao observar a realidade, o emissor do embargo de petróleo de 1973 buscou a eficácia das sanções ao propô-las coordenadamente por múltiplos Estados, como destacado por Morgan, Bapat, Kobayashi (2014) e Graf (2012). A OPAEP, liderada pela Arábia Saudita, ao agir de forma unificada, aumentou significativamente o impacto do embargo, dificultando a mitigação de seus efeitos pelos EUA. Adicionalmente, a progressão das medidas do embargo permitiu aos Estados árabes ajustar suas táticas conforme a resposta internacional, demonstrando uma flexibilidade estratégica e uma capacidade de adaptação às dinâmicas geopolíticas emergentes. Essa estratégia de manter a pressão econômica até que suas demandas fossem atendidas, destacou o poder de coordenação dos países árabes exportadores de petróleo.

Outrossim, as demandas dos Estados árabes, conforme comunicado do Ministro do Petróleo da Arábia Saudita, eram claras e específicas: retirada de Israel dos territórios ocupados e reconhecimento dos direitos palestinos. Essa clareza nas demandas aumentou a pressão sobre os EUA, alinhando-se com a teoria de que sanções com objetivos bem definidos são mais eficazes.

A teoria sugere que a coerção econômica funciona melhor quando o Estado alvo é altamente dependente do recurso sancionado, como foi o caso dos EUA em relação ao petróleo durante a crise de 1973. Os Estados árabes tinham a percepção da dependência americana de seu petróleo ao observar que o consumo dos EUA era mais do que duas vezes superior ao consumo da Europa Ocidental. Conforme dados apresentados, o petróleo, sozinho, representava quase a metade da fonte de energia consumida em 1972. Desse jeito, a implementação do embargo de petróleo impôs custos econômicos significativos aos EUA, resultando em uma crise energética que afetou todos os aspectos da economia americana. O preço do petróleo quadruplicou, levando a uma inflação significativa, seguida de uma elevação do desemprego e de uma desaceleração econômica. Como consequência, nos dois anos seguintes, a economia dos EUA acabou apresentando um encolhimento em seu PIB, ou seja, um crescimento negativo. Assim, tais consequências exemplificam o peso da dependência americana do recurso sancionado.

Além do impacto econômico, o embargo também teve repercussões políticas. A crise energética levou a uma conscientização sobre a necessidade de diversificação das fontes de energia e sustentabilidade ambiental. Políticas internas foram adotadas para promover a eficiência energética e a conservação de recursos, influenciando as políticas energéticas futuras dos EUA. Cabe ressaltar que a magnitude do impacto econômico influenciou a queda da popularidade dos presidentes Nixon e Ford. A aprovação de Nixon caiu drasticamente, contribuindo para seu desgaste político antes de sua renúncia em 1974. Ford também enfrentou desafios significativos, com sua administração sendo marcada por uma contínua luta contra a inflação e o desemprego, refletindo as dificuldades econômicas geradas pelo embargo. Tais fatos ilustram a amplitude dos efeitos econômicos do embargo.

Ainda como uma evidência da dependência de petróleo, conforme apresentado, o impacto no aspecto social foi significativo. A escassez de combustível levou a medidas drásticas, como racionamento de gasolina, dias sem carros e limites de velocidade reduzidos nas rodovias, afetando diretamente a vida cotidiana dos americanos. Isso levou a uma reavaliação das prioridades de consumo de energia e à promoção de veículos mais eficientes. Além disso, o aumento dos custos de energia afetou os preços de bens e serviços, contribuindo para a inflação e pressionando os orçamentos domésticos. Adicionalmente, o embargo também teve um impacto

psicológico expressivo, gerando uma sensação de insegurança energética entre a população e os formuladores de políticas.

Outro embasamento da teoria da coerção econômica indica que sanções e **embargos** são usados para influenciar o comportamento de um Estado alvo. Waltz (1979) e Schelling (2008) argumentam que a coerção pode ser eficaz se os custos impostos forem suficientemente altos para forçar uma mudança de comportamento. A pressão econômica é vista como uma forma de poder dentro do sistema internacional, capaz de alterar a dinâmica geopolítica. De acordo com essa teoria, é esperado que quando um estado enfrenta sanções severas, ele mudará seu comportamento para evitar os custos desta imposição e mudança na sua situação geopolítica. Ao comparar as previsões da teoria com as constatações notadas nos acontecimentos, durante e após o embargo de petróleo de 1973, observaram-se repercussões significativas na dinâmica da Guerra Fria. O aumento dos preços do petróleo e a crise energética resultante afetaram não apenas os EUA, mas também os seus aliados, exacerbando as tensões econômicas e políticas no bloco ocidental.

Para o Japão, altamente dependente de importações de petróleo, o impacto foi particularmente severo. A crise energética forçou o Japão a reorientar sua política externa, buscando diversificar suas fontes de energia e fortalecer suas relações com os países árabes a fim de garantir acesso ao petróleo. Essa reorientação começou a reconsiderar a postura de alinhamento japonês quase que exclusiva com os EUA. Essa nova política externa japonesa também iniciou apoios às causas árabes em fóruns internacionais e promoveu um aumento na ajuda econômica aos países do Oriente Médio, evidenciando como a dependência do petróleo moldou as decisões da política externa japonesa.

A URSS, por outro lado, como um dos maiores produtores de petróleo, se beneficiou indiretamente do aumento dos preços, fortalecendo sua posição econômica e geopolítica. O aumento dos preços do petróleo gerou receitas substanciais para a URSS, permitindo ao governo soviético investir mais pesadamente em suas forças armadas e programas sociais. Além disso, a URSS utilizou essa oportunidade para promover a superioridade do socialismo, destacando como o sistema socialista poderia ser mais resiliente às crises do que o capitalismo.

Em contraste, os EUA enfrentaram desafios internos e externos devido ao embargo, o que levou a uma reconsideração de sua política externa. A mudança de postura americana em resposta ao embargo de petróleo de 1973 pode ser

compreendida através da teoria da coerção econômica. Os impactos econômicos, políticos, sociais e geopolíticos do **embargo** impuseram custos pesados e uma situação internacional desfavorável aos EUA, compelindo o país a reconsiderar sua política externa no Oriente Médio. A necessidade de estabilizar a economia, restaurar a confiança pública e manter a coesão dos aliados levou os EUA a adotar uma postura mais conciliatória, facilitando negociações de paz.

Dessa forma, o tipo de coerção objetivado pelo embargo de petróleo pode ser claramente identificado como compulsão conforme teoria apresentada. Diferente da dissuasão, que busca evitar uma ação indesejada, a compulsão visa forçar uma mudança de comportamento em curso. No caso do embargo, os Estados árabes não estavam apenas tentando impedir futuros apoios dos EUA a Israel, mas estavam ativamente pressionando os EUA a mudar sua política externa e a adotar uma postura mais equilibrada no conflito árabe-israelense, a qual foi materializada nos Acordos de Camp David.

Esse capítulo demonstrou como a teoria da coerção econômica pode ser aplicada para entender o impacto do embargo de petróleo de 1973. A comparação entre teoria e realidade revelou a eficácia do embargo como uma ferramenta de coerção, fornecendo uma compreensão das dinâmicas geopolíticas envolvidas e ressaltando a relevância das sanções econômicas, na prática de coerção internacional. A crise energética resultante do embargo não apenas remodelou a política externa americana, mas também impulsionou mudanças significativas nas políticas internas dos EUA, destacando a interconexão entre economia, política e geopolítica. Além disso, o embargo teve um impacto duradouro na dinâmica da Guerra Fria, influenciando as relações internacionais e a distribuição de poder entre os EUA e a URSS.

## 6 CONCLUSÃO

Em virtude do que foi apresentado, a análise empreendida nesta pesquisa confirmou a eficácia dos embargos de petróleo como uma ferramenta de coerção geopolítica no contexto do conflito árabe-israelense, durante e após a Guerra do Yom Kippur de 1973. O embargo de petróleo imposto pela OPAEP teve um impacto significativo na economia dos EUA, forçando uma reavaliação de suas políticas externas e uma maior disposição para mediar o conflito no Oriente Médio.

Utilizando uma metodologia comparativa, que contrastou a teoria da coerção econômica com as evidências históricas, foi possível demonstrar que os embargos de petróleo não apenas exerceram pressão econômica direta sobre os EUA, mas também alteraram significativamente a dinâmica política interna e externa do país. A crise energética resultante do embargo impeliu uma série de mudanças na política energética americana, incentivando a diversificação de fontes de energia e a promoção de políticas de conservação de recursos. Dessa forma, os efeitos do embargo transcenderam a economia, influenciando profundamente a esfera política.

Além disso, a pesquisa revelou que, ao usar o petróleo como uma arma econômica, os Estados árabes conseguiram atrair a atenção mundial para suas demandas e forçar uma reavaliação das alianças e políticas dos EUA no Oriente Médio. As demandas claras e específicas dos Estados árabes, como a retirada israelense dos territórios ocupados e o reconhecimento dos direitos dos palestinos, mostraram-se centrais para a estratégia de coerção implementada. Isso ilustra como a coerção econômica pode ser efetiva quando as demandas são bem definidas e comunicadas. Para além, cabe comentar a percepção da liderança dos EUA em relação aos demais Estados aliados, uma vez que o impacto dos embargos não foi exclusivo aos EUA. A crise energética resultante também pressionou parceiros dos americanos, destacando a interdependência e a necessidade de coordenação nas respostas políticas e econômicas.

Os efeitos do embargo foram profundos não apenas no nível econômico, mas também na esfera política. A administração dos presidentes Richard Nixon e Gerald Ford enfrentou desafios significativos, incluindo queda de aprovação pública e dificuldades econômicas internas. Essas dificuldades culminaram na necessidade de uma resposta mais assertiva à crise, criando um ambiente propício para a diplomacia

ativa que culminou nos Acordos de Camp David, facilitados pelo presidente Jimmy Carter. Portanto, a pressão econômica gerada pelo embargo pavimentou o caminho para negociações diplomáticas significativas.

Essa mudança de postura dos Estados Unidos, de uma ambiguidade intencional para uma mediação mais direta e comprometida, ilustra como a coerção econômica pode influenciar políticas externas de grandes potências. A habilidade dos Estados árabes em utilizar seus recursos naturais como ferramenta de negociação política destacou, à época, a interdependência econômica global e a vulnerabilidade das economias industriais a choques de oferta. Essa interdependência reflete a complexidade das relações internacionais e a importância estratégica dos recursos naturais, ressaltando a capacidade das sanções econômicas de moldar políticas e influenciar eventos globais.

Em síntese, este trabalho respondeu à questão central de pesquisa, identificando que os embargos de exportações de petróleo da OPAEP atuaram, efetivamente, como instrumento de coerção no comportamento dos EUA em relação à postura expansionista de Israel sobre o Egito dentro do contexto específico da Guerra do Yom Kippur, culminando nos Acordos de Camp David. A análise comparativa entre teoria e realidade proporcionou uma compreensão da eficácia das sanções econômicas como ferramentas de coerção geopolítica, oferecendo percepções sobre o impacto de medidas econômicas em conflitos internacionais.

Por outro lado, nos últimos anos, ocorreram mudanças significativas nas fontes de energia, com uma tendência de descentralização da produção de petróleo para regiões fora do Oriente Médio. Isso resulta numa maior diversificação de rotas energéticas e numa diminuição da dependência de regiões historicamente instáveis. A reconfiguração do mercado energético global afeta as relações geopolíticas, com a Ásia e a região do Atlântico Sul ganhando importância. Essa nova configuração exige uma adaptação das estratégias de segurança, onde a segurança dos recursos naturais se torna um aspecto central das políticas de defesa e segurança nacional.

O petróleo agora compartilha espaço com outras fontes de energia emergentes. A transição para fontes de energia renováveis e a inovação tecnológica em energia sustentável também oferecem novos desafios e oportunidades para a geopolítica e a segurança energética. A Marinha do Brasil, em particular, pode beneficiar-se de uma compreensão aprofundada dessas mudanças para melhorar suas estratégias de proteção das rotas energéticas e garantir a segurança do abastecimento de petróleo.

Nesse contexto, são sugeridas futuras pesquisas focadas na análise das implicações dessas mudanças para a segurança nacional. Estudar como a diversificação das fontes de energia e a descentralização da produção afetam a estabilidade regional pode fornecer percepções valiosas para a formulação de políticas de segurança. Essas pesquisas são essenciais para complementar a análise apresentada neste trabalho, contribuindo para uma visão mais abrangente sobre a interação entre segurança energética e geopolítica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHER, Daniel. **The Egyptian strategy for the Yom Kippur war: an analysis**. Jefferson, NC: McFarland, 2009.

BAJOGHLI, Narges *et al.* **How sanctions work: Iran and the impact of economic warfare**. Stanford, California: Stanford University Press, 2024.

BIDDLE, Tami Davis. Coercion Theory: A Basic introduction for practitioners. **Texas National Security Review**, [s. l.], v. 3, n. 2, The use and abuse of strategy, p. 119, 2020.

BIGERNA, Simona; BOLLINO, Carlo Andrea; GALKIN, Philipp. Balancing energy security priorities: portfolio optimization approach to oil imports. **Applied Economics**, [s. l.], v. 53, n. 5, p. 555–574, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00036846.2020.1808573>. Acesso em: 6 jun. 2024.

BRASIL, Ministério da Defesa. **MD35-G-01 Glossário das Forças Armadas**. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35-G-01-glossario-das-forcas-armadas-5-ed-2015-com-alteracoes.pdf/view>. Acesso em: 26 jun. 2024.

BREGMAN, Ahron. **Israel's Wars: A history since 1947**. Fourth edition. London ; New York, NY: Routledge/Taylor & Francis Group, 2016. (Warfare and history).

BRITANNICA. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Gerald-Ford>. Acesso em: 7 jun. 2024.

CAETANO, José; GALEGO, Aurora; CALEIRO, António. On the Determinants of Sanctions Effectiveness: An Empirical Analysis by Using Duration Models. **Economies**, [s. l.], v. 11, n. 5, p. 136, 2023. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2227-7099/11/5/136>. Acesso em: 15 jun. 2024.

CARTER, Jimmy. **Keeping faith: memoirs of a president**. Toronto ; New York: Bantam Books, 1982.

CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin P. **A history of the modern Middle East**. 4th eded. Boulder, CO: Westview Press, 2009.

COLD WAR | SUMMARY, CAUSES, HISTORY, YEARS, TIMELINE, & FACTS | BRITANNICA. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Cold-War>. Acesso em: 16 jun. 2024.

DARMSTADTER, Joel; LANDSBERG, Hans H. The Economic Background. **Daedalus**, [s. l.], v. 104, n. 4, p. 15–37, 1975. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20024360>. Acesso em: 27 jun. 2024.

DAWISHA, A. I. **Arab nationalism in the twentieth century: from triumph to despair**. Princeton, N.J: Princeton University Press, 2003.



DREZNER, Daniel W. Sanctions Sometimes Smart: Targeted Sanctions in Theory and Practice. **International Studies Review**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 96–108, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23016144>. Acesso em: 15 jun. 2024.

GRAF, Rüdiger. Making Use of the “Oil Weapon”: Western Industrialized Countries and Arab Petropolitics in 1973-1974. [s. l.], 2012. p. 185–208. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44376141>. Acesso em: 14 mar. 2024.

HALABI, Yakub. **US foreign policy in the Middle East: from crises to change**. Farnham, Surrey, England ; Burlington, Vt: Ashgate, 2009.

HERZOG, Chaim. **The war of atonement: October, 1973**. 1st American eded. Boston: Little, Brown, 1975.

HESSON, Ted. **Trump’s plan to stem border crossings gets results**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.politico.com/story/2019/09/08/donald-trump-border-arrests-results-1712730>. Acesso em: 15 jun. 2024.

HIRSCHMAN, Albert O. **National power and the structure of foreign trade**. Expanded eded. Berkeley: University of California Press, 1980. (The Politics of the international economy, v. v. 1).

HUFBAUER, Gary Clyde; SCHOTT, Jeffrey J.; ELLIOTT, Kimberly Ann. **Economic sanctions reconsidered**. 2nd eded. Washington, DC: Institute for International Economics, 1990.

HUNTER, Marjorie. Gas Stations Will Be Asked To Limit. Sale to 10 Gallons. **The New York Times**, [s. l.], 20 dez. 1973. Archives. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1973/12/20/archives/gas-stations-will-be-asked-to-limit-sale-to-10-gallons-service.html>. Acesso em: 2 jun. 2024.

JAMES, Laura. Nasser and his enemies: Foreign policy decision making in egypt on the eve of the six-day war. [s. l.], v. 9, n. 2, 2005.

JOHNSON, Lyndon B. **Address at the State Department’s Foreign Policy Conference for Educators. | The American Presidency Project**. [S. l.], 1967. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-the-state-departments-foreign-policy-conference-for-educators>. Acesso em: 16 jun. 2024.

JOINT DOCTRINE NOTE 2-19: STRATEGY. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: [https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/jdn\\_jg/jdn2\\_19.pdf?ver=2020-01-15-171758-647](https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/jdn_jg/jdn2_19.pdf?ver=2020-01-15-171758-647). Acesso em: 12 mar. 2024.

KANDIL, Hazem. **Soldiers, spies, and statesmen: Egypt’s road to revolt**. Paperback-Ausgabeed. London New York: Verso, 2014.

KHALIDI, Rashid. **Resurrecting empire: western footprints and America’s perilous path in the Middle East**. Boston/Mass: Beacon, 2005.

KISSINGER, Henry. **Years of renewal**. New York, NY: Simon & Schuster, 1999.

KNOX-HAYES, Janelle *et al.* Understanding attitudes toward energy security:

Results of a cross-national survey. **Global Environmental Change**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 609–622, 2013. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0959378013000228>. Acesso em: 6 jun. 2024.

MORGAN, T. Clifton; BAPAT, Navin; KOBAYASHI, Yoshiharu. Threat and imposition of economic sanctions 1945–2005: Updating the TIES dataset. **Conflict Management and Peace Science**, [s. l.], v. 31, n. 5, p. 541–558, 2014. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0738894213520379>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MORGAN, T. Clifton; BAPAT, Navin; KRUSTEV, Valentin. The Threat and Imposition of Economic Sanctions, 1971—2000\*. **Conflict Management and Peace Science**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 92–110, 2009. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0738894208097668>. Acesso em: 10 abr. 2024.

NOJEIM, Michael J.; KILROY, David P. **Days of decision: turning points in U.S. foreign policy**. 1st eded. Washington, D.C: Potomac Books, 2011.

OREN, Michael B. **Six days of war: June 1967 and the making of the modern Middle East**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

PAINTER, D. S. Oil and the American Century. **Journal of American History**, [s. l.], v. 99, n. 1, p. 24–39, 2012. Disponível em: <https://academic.oup.com/jah/article-lookup/doi/10.1093/jahist/jas073>. Acesso em: 27 jun. 2024.

PAINTER, David S. Oil and the October War. **The October 1973 War: Politics, Diplomacy, Legacy**, [s. l.], p. 173–93, 2013.

PAPE, Robert A. Why Economic Sanctions Do Not Work. **International Security**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 90–136, 1997. Disponível em: <https://direct.mit.edu/isec/article/22/2/90-136/11579>. Acesso em: 15 jun. 2024.

POST, By Damian Paletta, Nick Miroff and Josh Dawsey, The Washington. **Trump says U.S. to impose 5% tariff on all Mexican imports beginning June 10 in dramatic escalation of border clash**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.texastribune.org/2019/05/30/trump-threatens-mexico-tariffs-central-american-migrants-cross-border/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

QUANDT, William B. **Decade of decisions: American policy toward the Arab-Israeli conflict, 1967 - 1976**. Berkeley: Univ. of Calif. Pr, 1977.

SAUVY, ALFRED | ENCYCLOPEDIA.COM. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.encyclopedia.com/social-sciences/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/sauvy-alfred>. Acesso em: 1 jun. 2024.

SCHELLING, Thomas C. **Arms and influence: with a new preface and afterword**. Paperback Ausged. New Haven, Conn. London: Yale University Press, 2008. (The Henry L. Stimson lectures series).

SCHWARTZ, Thomas Alan. **Henry Kissinger and US Foreign Relations**. [s. l.], 2019.

SEGEV, Tom. **1967: Israel, the war, and the year that transformed the Middle East**. First U.S. edition. New York: Metropolitan Books, 2007.

SHARQI, Nahrain Jawad. The Impact of the Economic Factor on the Status of the Middle East in US Foreign Policy. **Journal of US-China Public Administration**, [s. l.], v. 15, n. 04, p. 163–170, 2018.

SHIHATA, Ibrahim F. I. Destination Embargo of Arab Oil: Its Legality Under International Law. **The American Journal of International Law**, [s. l.], v. 68, n. 4, p. 591–627, 1974. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2199826>. Acesso em: 1 jul. 2024.

SHLAIM, Avi. **The iron wall: Israel and the Arab world**. Updated and expanded edition, Second edition. New York: W.W. Norton & Company, 2014.

SINIVER, Asaf (org.). **The Yom Kippur War: politics, legacy, diplomacy**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2013.

SIX-DAY WAR SUMMARY | BRITANNICA. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.britannica.com/summary/Six-Day-War>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SMITH, Charles D. **Palestine and the Arab Israeli conflict**. 3. eded. New York: St. Martin's Press, 1996.

STEPHENS, Robert Henry. **Nasser: a political biography**. New York: Simon and Schuster, 1972.

STRAKOS, Joshua K.; QUINTANILLA, Jose A.; HUSCROFT, Joseph R. Department of Defense energy policy and research: A framework to support strategy. **Energy Policy**, [s. l.], v. 92, p. 83–91, 2016. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0301421516300337>. Acesso em: 6 jun. 2024.

TESSLER, Mark A. **A history of the Israeli-Palestinian conflict**. 2nd eded. Bloomington (Ind.): Indiana University Press, 2009. (Indiana series in Middle East studies).

TUCÍDIDIS. **Historia da Guerra do Peloponeso**. [S. l.]: Editora Universidade de Brasília, 2001.

UNITED STATES OF AMERICA, Department of State. **Milestones in the History of U.S. Foreign Relations - Office of the Historian**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1969-1976/shuttle-diplomacy>. Acesso em: 7 jun. 2024.

VANETIK, Boaz; SHALOM, Zaki. **The Nixon Administration and the Middle East peace process, 1969-1973: from the Rogers Plan to the outbreak of the Yom Kippur War**. Brighton Chicago: Sussex Academic Press, 2013.

WALDHEIM, Kurt *et al.* II. Arab-Israeli Conflict. **Bulletin of Peace Proposals**, [s. l.], v. 5, n. 4, p. 322–341, 1974. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44480267>. Acesso em: 6 jun. 2024.

WALTZ, Kenneth Neal. **Theory of international politics**. Reading/Mass.: Addison-Wesley, 1979. (Addison-Wesley series in political science).

WILKINSON, Tracy; BIERMAN, Noah. **U.S. and Mexico strike a deal on migration, staving off Trump's tariff plan**. [S. /], 2019. Disponível em: <https://www.latimes.com/nation/la-na-pol-us-mexico-tariffs-immigration-talks-20190607-story.html>. Acesso em: 11 abr. 2024.

YERGIN, Daniel. **The prize: the epic quest for oil, money, and power**. New York: Simon & Schuster, 1991.